

PORTUGAL COLONIAL



Ano 1.^o

N.º 5

*

Julho

1931

BOTELHO

XXXI

REVISTA MENSAL DE PROPAGANDA E
EXPANSÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

3 Objectos que todos conhecem na Costa Ocidental



1.º — A lata de gazolina SPHINX cuja solidez a faz resistir aos mais rudes meios de transporte, evitando quebras e, por consequência assegurando a V. Ex.ª a quantidade suficiente de combustível.

2.º — O placard com a Esfinge vermelha que indica a V. Ex.ª os locais onde se vende a gazolina, que durante anos, tem dado as melhores provas em toda a África.

3.º — O sinal de estradas SPHINX, do tipo recomendado pela Sociedade das Nações e que mostra a V. Ex.ª os obstáculos perigosos que é necessário evitar.

VACUUM OIL CO. ⁹⁵¹

— U M B É B É —

Leite condensado

Açucarado Moça

Leite esterilizado

Suisso, Puríssimo

Leite em Pó "Lactogen"

Chocolates Suissois

Queijo Gruyère



REPRESENTANTES

EM ANGOLA

ZUID AFRIK, HANDELSHUIS

LOANDA

VASCO D'OLIVEIRA

LOANDA

FILIAL EM PORTUGAL

*Nestlé & Anglo Swiss
Condensed Milk Co*

Rua Ivens, 11-13 — Lisboa

— NESTLÉ —

Companhia Central Vinicola de Portugal

Grande exportadora

LISBOA

Praça do Município, 32, 2.º
Armazens: Poço do Bispo

Vinhos licorosos e aguardentes simples e preparadas, tipos cognacs. Vinhos espumantes. Grandes vinhos de mesa brancos e tintos dos principais lavradores do país. Alcool vínico. Aguardentes bagaceiras e de vinhos. Licores

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: CIRICA LISBOA

TELEFONES

POÇO DO BISPO 32
EM LISBOA 2 4573

FLINTKOTE

Emulsão aquosa de Asfalto puro

PARA TODOS OS TRABALHOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO

Revestimento de superfícies metálicas
Construções de Pavimentos Elásticos
Protecção de ferro ondulado
Pinturas protectoras navaes
e de canalizações, etc.

Systema DeVilbiss
de Pintura por Aspersão

INSTALAÇÕES DE PINTURA Á PISTOLA PARA

Automóveis
Construções
Navios
Peles de couro
Para qualquer fim

Pedir folhetos descriptivos aos

Distribuidores:
BETHENCOURT BROS., LTD
Telefone 2 7322
Praça do Município, 13
LISBOA

AGENCIA DO NORTE: SORIA, L.^{da}
Telefone 2508
Rua Ferreira Borges, 9
PORTO

Papelaria Fernandes

RUA DO RATO, 23 A 35

NOVAS INSTALAÇÕES:

RUA DO OURO, 145 A 149

TELE (FONES (P. B. X.) N. 691 E 4899
GRAMAS—PAPELARIA

LISBOA

PAPELARIA, LIVRARIA, TIPO-
GRAFIA E ENCADERNAÇÃO

Sortido muito completo de papeis de tôdas as qualidades, tanto nacionais como estrangeiros; artigos de escritório; tintas e outros artigos para desenho, pintura e arte aplicada. Canetas de tinta permanente *Conklins*. Depositários, para o *Sul do País*, do conhecido papel heliográfico de revelação a sêco, marca «OZALID»

PREÇOS DE RECLAME

Luiz Ribeiro

ESTANCIA DE MADEIRAS NACIONAIS
E ESTRANGEIRAS
SERRAÇÃO E CARPINTARIA MECANICA

TELEFONE 132—POÇO DO BISPO

ENDEREÇO TELEGRAFICO—PRONTIDÃO

Escritório

Rua da Manutenção do Estado, 22—XABREGAS

Fabrica

Rua da Manutenção do Estado, 26 a 28

Depositos

Avenida de Chelas, L. R.

Travessa da Manutenção, 10

Companhia Nacional de Navegação

**Carreiras regulares entre Lisboa e todos os portos
da Africa Ocidental e Oriental Portuguesa**

**Carreiras regulares
entre todos os portos da provincia**

SERVIÇO SEMANAL ENTRE LOURENÇO MARQUES
E INHAMBANE ** SERVIÇO QUINZENAL ENTRE
LOURENÇO MARQUES E MOCIMBOA DA PRAIA,
COM ESCALAS POR INHAMBANE, BEIRA, CHINDE,
PEBANE, QUELIMANE, ANGOCHE, MOÇAMBIQUE,
PORTO AMELIA, IBO E PALMA

AGENCIA EM INHAMBANE — NOGUEIRA, LIMITADA

Telegramas "JOCARFINO" — Caixa Postal n.º 32

Nogueira, Limitada

INHAMBANE

TELEG. «JOCARFINO» — CAIXA POSTAL N.º 32

Agentes da:

Companhia Nacional de Navegação

Union Castle

Companhia de Seguros "A Mundial"

E DOS CARROS "HILLMAN" E "HUMBER"

Transportes fluviaes — Cargas e descargas — Padaria

QUADROS, MONTEIRO & DOMINGUES, L.^{DA}

Rua da Ribeira Nova, 44

LISBOA

End. Teleg.: "QUADROS" Telefone 2 2028

IMPORTADORES
DE BACALHAU SUECO
E D'OUTRAS
PROCEDENCIAS.

EXPORTAÇÃO
PARA AS
COLONIAS PORTUGUESAS
E ILHAS ADJACENTES.

FORNECEDORES DA:

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

**"REFRIGERA OS SÃOS E CURA
OS DOENTES"**

Tomada simples ou com
LEITE, LIMÃO,
XAROPE, VINHO,
COGNAC,
WHISKY,
Etc.

EXPORTADORES:
AGUA CASTELLO
A MELHOR MOURA DE MEZA
ASSIS & C.^a, L.^{da}
LISBOA

Recompensas:

Grandes Premios
Medalha de Honra
Medalhas de Ouro
Medalhas de Prata
Diploma de Premio

Por Embalagens

SANCHEZ & GONZALEZ, L.^{DA}

SÉDE PROVISÓRIA:

R. da Madalena, 85-3.º

TELEFONE 2 3652

END. TELEGRAFICO: GADOS-LISBOA

LISBOA

**Gados,
Cereaes
e Azeites**

FORNECEDORES DA:

Companhia Nacional de Navegação

**Impermeáveis:
LE MARQUIS**

A MELHOR E

MAIS ACREDITADA

FÁBRICA DE FRANÇA

REPRESENTANTES PARA PORTUGAL

E COLÓNIAS

ANTONIO FRANCISCO NUNES & C.^A

TELEFONE 2 3895

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: LARANES

RUA DA PRATA, 267, 1.º, E.

LISBOA

Nogueira, Limitada

ENGENHEIROS

TELEFONES (21381
 (21382

Representantes em Portugal:

Compagnie pour la Fabrication des
Compteurs.
Ateliers de Constructeurs Eléctriques de
Charleroi.
Cablerie de Jeumont.
La Radiotéchnique.
Davuum Exportation.
Comptoir Franco-Belgo-Sarrois.
S. A. Metallurgique de Prayon.

*Instalações de Centrais e Redes Eléctricas —
Postos de Transformação — Material Eléctrico
para alta e baixa tensão — Contadores de água
e electricidade — Ferro, metais, etc.*

ORÇAMENTOS GRÁTIS

RUA DOS DOURADORES, 107

LISBOA

Venancio Guimarães & C.^a

Lubango

Filiais em Mossâmedes, Humpata e Humbe

ENDERÊÇO TELEGRÁFICO: VOUGA

COMÉRCIO GERAL, AGRICUL-
TURA, PECUÁRIA E INDÚSTRIA

*Sócios-gerentes da EMPRESA CAHOLO, L.DA
(Fornos de cal e moagem de cereais)*

*Agricultores no BENTIABA
(Fazenda Algodoeira da PUPA)*

Exportadores de gado bovino e peixe sêco

REPRESENTANTES NOS DISTRITOS DA HUILA E DE
MOSSÂMEDES DE:

Vacuum Oil Company
Fábrica de Tabacos Ultramarina
Automóveis e camions «FORD»
Máquinas de escrever «REMINGTON»

REPRESENTANTES NO DISTRITO DA HUILA DE:

Burrell & C.^o
Companhia de Seguros «TAGUS»
Lotarias de Angola

Palhares & Palhares, L.^{da}

LISBOA

CAMPO DAS CEBOLAS, 11 e 10-A

End. Teleg.: RIBANDA

Telefone 2 5262

Comissões e Consignações

*Representantes para a África Ocidental,
Congo e Guiné, da:*

Companhia Agrícola e Comercial dos
Vinhos do Porto
(Antiga casa Ferreirinha)

Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas.

A Alumina, L.^{da}.

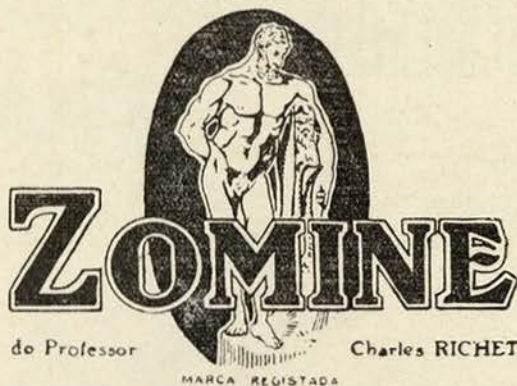
Adolf Heiderhoff.

Johannes Schuback & Sohne.

Camptoir des Chaux et Cimento du
Tournaisis.

Anémicos e Tuberculosos

Tomai a



PLASMA MUSCULAR. CRU. PURO. SECCO e TOTAL

Se quereis recuperar a saúde

*A ZOMINE é o alimento ideal para refazer os músculos, enriquecer
o sangue e aumentar o peso e as forças.*

*NAS SENHORAS em estado de gravidez e durante o período da
amamentação, é ainda a ZOMINE o alimento que se impõe.*

*Todos os Ex.^{mos} Médicos são unânimes em afirmar a grande supe-
rioridade da ZOMINE, sôbre todos os extractos de carne.*

PEÇAM IMPRESSOS EXPLICATIVOS AO AGENTE GERAL
PARA PORTUGAL, ILHAS E COLÓNIAS:

A. SEQUEIRA LOPES

Rua dos Correeiros, 53, 3.^o—LISBOA

TELE { GRAMAS JAPONIKA
 { FONE 22582



DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
REDACTOR-PRINCIPAL
J. DA FONSECA FERREIRA
EDITOR
ANTÓNIO PEDRO MURALHA

SEDE
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º
Endereço Telegráfico
«MINERVA»
TEL. 2 4253
Propriedade da Empresa
PORTUGAL COLONIAL

PREÇO AVULSO
Metrópole..... 3\$00
Colónias..... 4\$00
(ASSINATURAS)
Metrópole (6 meses)... 18\$00
Colónias (6 meses)... 24\$00

COMPOSTO E IMPRESSO
OTTOSGRAFICA LIMITADA
Conde Barão, 50 — LISBOA
Visado pela Comissão de Censura

Uma carta mensal

de Portugal para as Colónias

Pelo dr.
Agostinho
de
Campos

UM dos acontecimentos mais importantes da política interna portuguesa destes últimos tempos é a proclamação da República espanhola e o estado de guerra civil, ora brava, ora latente, e em qualquer modo naturalíssima, que daquele acontecimento resultou.

Hoje em dia, graças à facilidade de comunicações ou por culpa dela (conforme os gostos) o internacional nacionaliza-se depressa, e um português que põe a render o seu tempo dando à língua na farmácia de Aveiras de Cima, mediante as bisbilhotices da Havas ou da T. S. F., pode sentir-se imediatamente solidário ou furioso com um comunista chinês que na aldeia de Fun-Xi-Pu, nos confins da Mandchúria, deita uma

bomba—ou com um fascista de quem se noticia, com eles ou sem eles (fios), que fêz beber meia garrafa de óleo de ricino ao bolchevista mais simpático do vale mais recôndito das montanhas da Calábria.

Este «intercâmbio intelectual» instantâneo e miúdo, trazido ao género humano nas asas do progresso científico, é muito favorável à propagação da imbecilidade—se é certo que uma das características do imbecil vulgaríssimo de Linneu consiste em fazer o que vê fazer, sem se importar com qualquer diferença fundamental de oportunidades e circunstâncias.

De antes evoluíam os povos, cada um metido na sua concha pátria, de acôrdo com as peculiaridades que nêles tinham gravado profundamente as condições de tempo e lugar. Hoje em dia basta um telegrama de três linhas, vindo da Austrália ou da América, para destruir ou baralhar sete séculos de história búlgara ou belga.

Com Portugal e Espanha é o caso muito mais simples, porque a contiguidade natural substitui, a muitos respeitos, a vizinhança artificiosa ou falsificada com que hoje se aproximam e acoto-

velam, os povos geogràficamente mais distantes. E por-isso pudemos dizer há pouco, sem nenhum exagêro, que a revolução espanhola é um caso muito importante de política interna portuguesa.

Há dias (por exemplo) houve uma tourada em Badajoz, e os nossos aficionados que para lá se dirigiam, ansiosos de ver a sangueira interessantíssima, foram lautamente apupados, ao passarem nos seus automóveis, pelo pobre povo português dos lugares fronteiriços — o qual protestava assim, a seu modo sincero e simples, contra a expulsão de milhares de trabalhadores portugueses, gente do campo ou do mar, que em Espanha andavam ganhando a vida, e que últimamente, por causa da revolução e da provisoría anarquia espanhola, já o não podem fazer.

— ¿ Como se entende (vociferavam as aldeias do itinerário) que se vá levar bom dinheiro português a um país que fecha as portas ao nosso trabalho? . . .

Este caso — simples e único — da expulsão em massa dos trabalhadores nacionais e até dos maus tratos inflingidos a alguns pelo « camarada » espanhol, tinha que ter e teve entre nós os mais variados comentários e as repercussões mais diversas.

Os nossos politicantes ficaram todos, já se vê, contentíssimos, embora por opostos motivos, pois é da natureza da mentalidade política aceitar como bom tudo quanto acontece. De outro modo cairiam os políticos no desespero, que é incompatível com a mentalidade política.

— Ótimo! pensaram uns. Assim se agrava a crise do desemprego, e nas águas mais turvas pescaremos nós. . .

— Magnifico! entenderam outros. Com isto se desautoriza a revolução espanhola no espirito do nosso povo, e assim se evitará que as águas se turvem mais. . .

Quanto às boas almas extra-partidárias, que são muitas, tiveram, como lhes cumpria, muita pena da pobre gente — e logo se puseram a pensar em coisas mais alegres.

Entre seis milhões de Portugueses, uma grei que em sete séculos de cultura poucas vezes se preocupou com o fundo das coisas que não estivessem por baixo das « saias de Elvira », nem viu mais adiante que o dia de amanhã ou a tarde de hoje, nem subiu mais alto, metafisicamente, do que até ao Largo das Duas Igrejas — entre estes antipodas da filosofia sempre se encontraram três filósofos e meio que se riram à socapa, muito sardónicos, à custa do caso dos trabalhadores portugueses expulsos de Espanha, e disseram com os seus botões, sem que ninguém os pudesse ouvir, nem entender:

— Pois está claro! Este caso é lindamente zoológico. As ideias estão nas cabeças, e a barriga ou o figado são a sede das realidades. As ideias dizem muito bem que não há pátrias nem fronteiras para os trabalhadores conscientes, e que o homem que ceifa ou pesca nas Antilhas e irmão do que semeia na Rússia ou espreita a foca na Lapónia. E, por-isso, o trabalhador consciente da Andaluzia ou da Estremadura espanhola, logo que mandou ou pensou que mandava, a primeira coisa que fez foi a mais natural e a mais simples: pôs na fronteira, a pontapé, o seu querido irmão do Alentejo ou do Algarve. ¿ Não é isto mesmo o que sempre se passou entre manos, a começar em mano Caim e mano Abel? . . .

E, sempre sardónicos, os três filósofos e meio, logo pensaram na bonita história do anarquista conscientíssimo, inimigo das pátrias, que, tendo naufragado um dia no alto mar, se agarrou a uma jangada e, quando alguns outros naufragos tentavam trepar às tábuas salvadoras, ameaçando fazê-las sossobrar — os empurrava com o pé e assim, mais consciente que nunca, os mandava aos abismos.

E os três filósofos e meio pensavam com os seus botões que a jangada era, naquele momento, a « ditosa pátria » do anarquista. E foi assim que este aprendeu (mas não o quis ensinar depois a mais ninguém) que afinal essa « léria » das pátrias não foi das piores « invenções » . . .

Ainda o decreto das Transferências

Tem sido muito cumprimentado pelos representantes do comércio e indústria do país e de Angola, à cerca da recente publicação do decreto 19.773, o sr. dr. Armindo Monteiro, Ministro das Colónias.

Entre as manifestações de apoio e aplauso que S. Ex.^a recebeu teve especial relêvo a que lhe foi prestada pelos industriais algodoeiros do norte do país a quem o Ministro recebeu no seu gabinete, num dos dias do mês passado e que, calorosamente, o felicitaram pela publicação do decreto.

Ao mesmo assunto se refere largamente a imprensa estrangeira da qual, noutro lugar, transcrevemos o detalhadíssimo artigo do « Eссор Colonial et Maritime ».

EXPEDIENTE

A todos os srs. assinantes que receberem a revista com inexactidões de enderêço pedimos para as rectificarem a-fim-de evitar possíveis extravios.

— Aos srs. assinantes que ainda não pagaram a assinatura do 1.^o semestre por motivo da suspensão dos vales ultramarinos, pedimos para enviarem a importância da sua assinatura pelo correio em moeda da Colónia se não puderem obter escudos.

O orçamento de Angola equilibrado

O relatório que precede o decreto orçamental

NO nosso último número demos um resumo do orçamento de Angola para 1931-32. Depois disso sofreu o projecto, que é já hoje lei do país, ligeiras alterações que não lhe alteraram o equilíbrio e antes atenderam a um certo número de circunstâncias, observadas em benefício do funcionalismo da Colónia.

Trascrevemos hoje o notável relatório que precede o decreto e sobre o qual decerto meditarão todos aqueles que pelas cousas de Angola, vistas superiormente, do alto dos seus interesses mais sagrados, nutrem um amor digno e sincero.

Com este diploma cuja execução o Ministro confia à honra e ao patriotismo dos funcionários de Angola, e porque acreditamos que estes serão dignos da missão que lhes é cometida, numa fase grave da vida de Angola, instala-se, finalmente, na Colónia a ordem administrativa que pode restabelecer os nossos créditos de grande país colonizador.

E só quem nunca passou por Angola nem nunca observou a dedicação e o patriotismo dos funcionários que lá servem poderá duvidar que estes não estejam à altura do honroso encargo que lhes é confiado.

O Projecto do Orçamento Geral da receita e despesa da colónia de Angola, elaborado pela Direcção dos Serviços de Fazenda para o ano económico de 1931-1932, pôs o Ministro das Colónias em face dos seguintes grandes números:

	Angolares
Despesas ordinárias.....	217.914.861,13
Receitas ordinárias.....	113.937.663,00
Deficit ordinário previsto.....	103.977.198,13

Para se atingir o total das rendas públicas juntavam-se às receitas ordinárias 3.311.064,00 angolares do produto de empréstimos, que, se pudessem ser aplicados a cobrir uma parte do saldo negativo apontado, baixariam este para 100.666.134,13 angolares. Os bons princípios da ciência financeira não deixam porém que essa aplicação se efectue.

O deficit que, em tão elevados números, se apresentava ao País, fazia do problema do equilíbrio orçamental de Angola uma verdadeira questão de salvação pública.

Praticamente a colónia gastava uma quantia próxima do dobro dos seus rendimentos. E o deficit quasi atingia a cifra total das receitas.

Todos vêem que, a tornar-se efectiva, uma situação assim seria verdadeiramente insustentável, pois que as rendas públicas da provincia não podiam garantir a efficacia e continuidade da nossa administração.

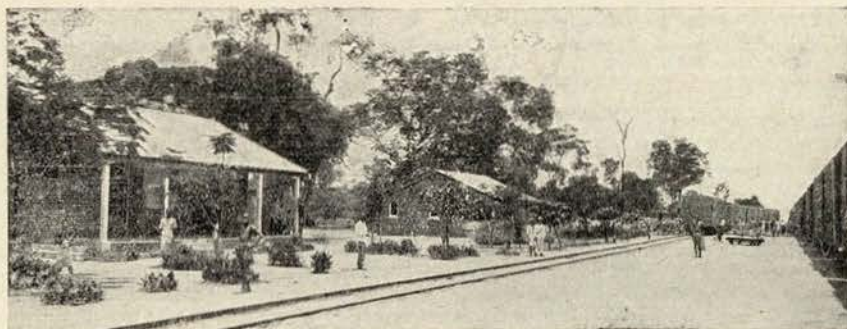
O estudo do orçamento mostra bem que os serviços públicos não correspondem nem às necessidades, nem, como se vê, às possibilidades de Angola. As organizações burocráticas estão para além dos limites do que à terra e à gente são necessários. Os vencimentos ordinários, as gratificações e os subsidios extraordinários não estão nos termos justos. Os quadros do funcionalismo passam por vezes as fronteiras do razoável.

A dívida pública levaria, neste ano económico, quasi um quarto das receitas previstas; se lhe juntássemos o custo da administração civil, os encargos dos anos económicos findos e os dos aposentados, teriamos praticamente esgotado as receitas da colónia. Esta pagaria assim, apenas, as dívidas em aberto e o custo da administração geral; tudo o mais, isto é, aquilo que representa o trabalho, a prosperidade, o progresso e a certeza da ordem, ficaria de fora sem rendimentos que cobrissem o seu custo.

E a grande tristeza do caso é que uma análise, mesmo superficial, do orçamento, mostra que, com um esforço, relativamente pequeno, de ordem e de organização, Angola poderia encontrar, dentro das suas receitas, o justo lugar para todos os serviços que lhe são necessários e ainda a cota indispensável para as operações de empréstimo que o desenvolvimento das suas riquezas exige.

Infelizmente, apesar da boa vontade que, algumas vezes, os seus governos têm manifestado, esse esforço não se realizou ainda, por não ter encontrado, no público em geral e no funcionalismo em particular, a clara e decidida ajuda e o firme apoio de opinião

Moçambique



Inhalinga

Estação do Caminho de Ferro Transzambeziano

que são indispensáveis à obra de reorganização, isto é, de economia e de equilíbrio, que há-de salvar Angola.

Nestes termos compreende-se que o Governo Português não possa ceder diante de uma situação que compromete todo o futuro da colónia e que ameça diminuir os próprios créditos da nação colonizadora que temos sido e queremos continuar a ser. Destruir esse injustificável *deficit* é assim uma questão de salvação pública.

Vêm no projecto as receitas ordinárias avaliadas em 113.957 contos. Não corresponde esta previsão à realidade actual dos factos e não poderia o Ministério das Colónias adoptá-la. Efectivamente há que ter em consideração não só certas correcções necessárias no cômputo das cobranças prováveis, mas também aumentos de receitas resultantes de remodelações efectuadas nos impostos desde a época da organização do projecto até o momento da publicação do orçamento.

O quadro seguinte dá a ideia das alterações efectuadas:

Capítulos	Receitas	Projecto de orçamento para 1931-1932	Orçamento para 1931-1932
1.º	Impostos directos.....	36:405.000,00	51:182.700,00
2.º	Impostos indirectos.....	40:400.000,00	47:767.000,00
3.º	Indústrias em regime especial	5.910.055,00	4:761.000,00
4.º	Taxas — Rendimentos de diversos serviços.....	6:748.000,00	6:165.500,00
5.º	Domínio privado.....	25:086.828,00	24:149.200,00
6.º	Rendimento de capitais, etc.	567.000,00	575.000,00
7.º	Reembolsos e reposições....	1:150.800,00	1:208.600,00
8.º	Consiguação de receitas....	1:672.000,00	1:672.000,00
		113:957.665,00	137:479.000,00

Foram, como se vê, introduzidas, nos cálculos efectuados pela Direcção dos Serviços de Fazenda de Loanda, correcções que aumentaram de 25.541 contos as receitas previstas.

As diferenças principais encontram-se nos impostos directos e indirectos, em que as avaliações subiram de 22.146 contos. Este excesso é devido, como se disse já, por um lado a correcções feitas, por outro a receitas criadas de novo.

O aumento sofrido pelo cálculo da cobrança do imposto indígena foi a única elevação importante efectuada. Vinha este, no projecto, avaliado apenas em 26.000 contos. Entendeu-se que a situação presente de Angola, sem exageros, permitia — em harmonia com as cobranças efectuadas nos últimos anos e de acordo com indicações recentemente recebidas de Loanda — elevar para 40.000 contos a previsão. Contando-se com 735.000 contribuintes (número baixo) as taxas actuais fariam prever uma cobrança de 50.081 contos.

Supondo-se porém uma quebra de um quinto na percepção, fixar esta em 40.000 contos, não parece que seja proceder com optimismo. Este ponto será devidamente desenvolvido e estudado em relatório que sobre as finanças de Angola o Ministro das Colónias prepara.

Os outros aumentos provêm de remodelações tributárias efectuadas; os principais foram:

	Contos
1.º Contribuição industrial, criada pelo decreto n.º 19:773.....	1:700
2.º Imposto de selo, que, por virtude de nova tabela posta em vigor, aumentou de.....	867
3.º Direitos de importação (decreto n.º 19:773).....	7:000
4.º Imposto de transportes.....	859
5.º Rendas de casas.....	1:407
6.º Elevação das taxas e franquias postais.....	1:100

Se todos estes alargamentos se reflectissem na previsão total das receitas, subiria esta em cerca de 27.000 contos. Infelizmente, porém, uma parte dos aumentos obtidos perdeu-se em correcções para menos, feitas em muitas das avaliações apresentadas. A diferença final traduziu-se numa alta de 25.541 contos.

É importantíssimo notar que, se não tivessem sido as remodelações tributárias nos últimos meses realizadas — e postas em vigor muitas vezes mais com o sentido da defesa da vida económica da colónia do que com a ideia de criar receita nova — a previsão total não faria sensível diferença da que vinha indicada no projecto, pois que o aumento proveniente da mais alta avaliação do imposto indígena seria destruído com diminuições notáveis de outras receitas, como, por exemplo, dos direitos de importação e de exporta-

ção. Estes últimos, que veem no orçamento, para 1929-1930 computados em 17.560 contos, apenas aparecem no de 1931-1932 calculados em 5.000. Os direitos de importação aparecem neste orçamento depois de grandes agravamentos em certos direitos, orçados em 37.000 contos: a-pesar-de todos os aumentos sofridos, a avaliação agora feita ainda é inferior em 3.277 contos à cobrança realizada em 1929-1930. O aumento que se nota não é portanto filho de elevações realizadas dentro da legislação e dos cálculos em que se haviam baseado os autores do projecto do orçamento.

Depois de todos estes aumentos e correcções, a avaliação total, feita há pouco, é ainda inferior, quer ao total das receitas cobradas em 1929-1930 e 1928-1929, quer às receitas previstas para estes anos; efectivamente, mostra-se:

a) Em 13.061 contos mais baixa do que as receitas cobradas em 1929-1930 e em 18.821 mais baixa do que as cobradas em 1928-1929;

b) Em 32.873 contos abaixo das receitas previstas para 1929-1930 e em 30.080 abaixo das previstas para 1928-1929.

Num orçamento de 137.479 contos de receitas ordinárias, vê-se que é de uma grande importância a descida de rendimentos constatada. Ela prova que o Ministro das Colónias não encarou com optimismo este grave problema.

A revisão geral das receitas a que se alude modificou os termos iniciais do problema; já não tinhamos que acudir a um *deficit* 103.977 contos mas a um de 80.435.861,13 angolares.

A dificuldade da questão era agora dada por este número. Como vencê-la?

O problema estava fechado dentro de três barreiras rígidas: a impossibilidade de pedir ao contribuinte metropolitano, dentro do corrente ano económico, um sacrifício em favor de Angola, que evitasse todos os males do *deficit*, a impossibilidade de recorrer ao crédito, pelo menos em escala julgada interessante para atingirmos o objectivo em vista e a impossibilidade de alargar mais os impostos que incidissem sobre a actividade económica da colónia, que a crise mundial afflige intensamente.

A primeira destas três impossibilidades está patente aos olhos de todos, no sacrifício com que são mantidas as receitas actuais do orçamento metropolitano. Sob pena de destruir um equilíbrio financeiro tam caramente conquistado, não poderia dizer-se ao contribuinte do continente que tomasse sobre si todo ou quasi todo o encargo do *deficit* de Angola. Seria um peso incomportável. Relembre-se que seria necessário encontrar quantias equivalentes a um aumento de perto de 50 por cento na contribuição industrial, ou de 42 por cento na contribuição predial.

As outras duas impossibilidades resultam dos factos. Enquanto o governo de Angola não respeitar religiosamente os seus compromissos no exterior, o crédito não o ajudará de modo eficaz. As actividades económicas da colónia, a braços com a queda constante das cotações dos géneros da sua produção ou comércio, não seria justo exigir quantias maiores do que as que no presente se lhes pedem — porque, na verdade, não poderiam dar mais.

Nestes termos restavam apenas dois caminhos: ou deminuir fortemente as despesas, ou deixar em aberto, sob a responsabilidade do governo de Angola, para liquidar quando as circunstâncias o permitissem, as dívidas que, durante o ano, fôsssem contraídas. Não seria honesta esta segunda atitude; os governos têm de dar, na sua administração, inalteravelmente, o claro exemplo da correcção de processos. Não poderíamos adoptar um procedimento que breve se mostraria profundamente atentatório do crédito da colónia.

Dentro desta ordem de ideias era lícito contudo perguntar: embora não podendo tomar a seu cargo todo o grande *deficit* de Angola ou a parte mais importante d'este, não poderia o Governo Central aliviá-lo ao menos dos compromissos que a provincia devia satisfazer durante o ano, alguns dos quais o Tesouro metropolitano teria de honrar diante de credores daquela? Assim dividir-se-ia ainda uma vez o *deficit* de Angola entre esta e a Metrópole em termos de não ser verdadeiramente incomportável nem para uma nem para outra.

Examinada minuciosamente a questão pelos Ministros das Finanças e das Colónias, concluiu-se que esse esforço tinha de ser pedido ainda este ano à Mãe-Pátria. Era de facto doloroso para a Metrópole deixar de receber de Angola o que esta tinha obrigação de pagar. Para suprir a falta que esse dinheiro fazia no orçamento seria necessário ressuscitar aqui um imposto de salvação pública que, de outra forma, se evitaria e que enormemente iria pesar sobre ordenados nem sempre largos. Mas o certo é que, de um golpe só, Angola, sem risco de sérias perturbações na sua vida, que se reflectiriam na da Mãe-Pátria, não poderia equilibrar as receitas e

despesas se o Governo Central recusasse o grande auxílio que o Ministro das Colónias pedia.

Constituiu por isso o Ministério das Finanças no adiamento do pagamento dos juros da dívida pública a pagar pela colónia em 1931-1932.

Concedeu também o Ministro que à Caixa Geral de Depósitos se pedisse um sacrifício semelhante.

Nestes termos reduziu-se o *deficit* mencionado em 29:737.408,98, ficando portanto em 50:698.452,15 angolares.

Uma outra grande redução foi possível encarar: a eliminação das despesas de exercícios findos, que, no projecto de orçamento, vêm computadas em 11:088.749,14. Efectivamente os decretos n.ºs 19:381 e 19:558, de Março e Abril deste ano, pondo em execução as primeiras de uma série de medidas destinada a preparar o terreno em que devia assentar o equilíbrio do orçamento, permitiu que o Banco de Angola fizesse à colónia um largo suprimento para a liquidação das dívidas velhas. O maquinismo desse suprimento tem a elasticidade bastante para permitir o pagamento de débitos em atraso, se eles, como não pode deixar de se supor, se contiverem dentro dos limites até hoje oficialmente denunciados. Essa liquidação, se não estiver ainda totalmente realizada, deve fazer-se por fora do orçamento para 1931-1932. A colónia, iniciando vida nova, tem de ser ajudada a libertar-se do passivo legado por um mau passado administrativo. A metrópole, o Governo Central, no grande desejo de lhe garantirem um equilíbrio sólido, não se recusarão, para isso, aos necessários auxílios. Por tudo isso se suprime no orçamento para 1931-1932 a verba de 11:088.749,14 angolares.

Tomadas estas resoluções essenciais, procedeu-se à revisão do orçamento, verba por verba, com o critério de não tocar nas despesas de pessoal sem se averiguar, com rigor, o que era possível abater no material, nos diversos encargos e no pagamento de serviços.

Verificou-se assim que o projecto de orçamento, vindo de Angola, permitia reduções que subiam a angolares 16:339.034,61. Se a isto juntarmos a diminuição de verbas (angolares 2:078.668,40) provenientes da recente anulação do diploma legislativo n.º 162, de 29 de Novembro de 1930, que estabelecia a assistência aos indígenas em bases que o Ministro das Colónias não julgou conformes com a política financeira de economias que deseja seguir, teremos alcançado a quantia de angolares 18:417.703,01, que haveria a abater ao *deficit*. Ficam, mesmo assim, os serviços de assistência aos indígenas dotados com uma verba total de 2.700 contos, muito superior à que se inscrevia no último orçamento em vigor. É uma quantia que não permite luxuosas gratificações, mas que consente um eficaz estabelecimento de serviços.

Convinha aproveitar a oportunidade que oferece a organização de orçamento para abrir o caminho a algumas reformas que se impõem e que necessário será brevemente decretar; convinha também aproveitar o terreno ganho até agora com a aplicação dos decretos n.ºs 19:381, e 19:477, ultimamente publicados, e que deixaram já em aberto numerosas vagas. Nesta orientação se supriram os serviços da Carta Geológica de Angola e da Repartição dos Transportes Automóveis; extinguiu-se também uma companhia indígena. Outros serviços poderiam talvez ser pura e simplesmente eliminados, pois é do domínio público que a sua utilidade bem longe está de justificar o que custam. Mas receiou-se a perturbação que, na vida de Angola, um golpe mais violento podia causar. E preferiu-se, por prudência, proceder lentamente, sem precipitações que afinal se tornassem contra-producentes.

Da supressão de serviços e lugares espera-se uma economia que, calculada de modo a deixar uma certa margem a imprevistos, se orça em 2:982 contos. Com esta supressão, pequeno será o número de funcionários atingido, pois grande parte dos lugares extintos estão vagos já.

Tinhamos assim trazido o *deficit* do orçamento angolano até à quantia de 18:210.000,00 angolares.

Daqui em diante a redução só poderia ser feita à custa das despesas relativas ao pessoal que se mantinha nos quadros. Aos funcionários de Angola tinha de ser exigido, pela imposição das cousas, um grande esforço — embora sensivelmente menor, em números absolutos, do que aquele que aos funcionários civis e militares da metrópole ia ser pedido de novo, e que seria dispensável se Angola tivesse procurado estabelecer o seu equilíbrio financeiro de modo a pagar, ao Ministério das Finanças, os pequenos juros e a amortização estabelecidos para a dívida.

Foi o problema encarado com o espírito de se encontrar a mais justa solução.

Preferiu o Ministro das Colónias seguir por um caminho áspero e encarar resolutamente as dificuldades, da situação — apesar de saber que a organização, o equilíbrio, a ordem, acham em regra contra si, em Portugal, quando não a opinião geral, pelo menos a

má vontade de muitos daqueles a quem mais aproveitam. Por isso somos um país pobre. Em Angola acontece o mesmo.

Examinando os vencimentos dos funcionários públicos nesta colónia verifica-se que, considerando-se normais a categoria, o exercício, a subvenção colonial e o subsídio eventual, os directores de serviços deviam perceber ordinariamente por ano 37.800,00 angolares, quantia que, embora bastante mais alta do que a recebida pelos directores gerais dos nossos Ministérios, é inferior à que as outras colónias (exceptuando a de Timor) pagam aos funcionários dessa categoria. Acontece porém que, em Angola, só por excepção um director de serviços percebe a soma indicada; quasi normalmente, acrescem-lhe as gratificações técnicas, especiais, de permanência, os subsídios de renda de casa e de família. O sistema de vencimentos de Angola está organizado de modo que é praticamente impossível saber-se quanto ganha ao certo cada funcionário. Mas mostram os recibos de Junho de 1930 que basta adicionar as gratificações especiais e o subsídio de família ao vencimento acima indicado, para que este se eleve imediatamente ao ponto de o director de serviços menos bem pago perceber mensalmente 3.962,00 angolares. Isto já corresponde a 47.544,00 angolares anuais, ordenado só excedido em S. Tomé, na Índia e em Moçambique.

Mas, em Angola, as cousas não ficam por aqui, visto que aos vencimentos referidos haveria, conforme os casos, que juntar as percentagens, as acumulações, os subsídios de renda de casa e de permanência, as diuturnidades e exercícios técnicos, que fazem com que os vencimentos totais de certos directores de serviços estejam muito acima da centena de contos, embora os de outros estejam longe desta cifra.

Nas categorias inferiores os ordenado normais (categoria, exercício, subvenção colonial e subsídio eventual) perfazem uma quantia que, sendo superior à percebida na metrópole, excede quasi sempre a que é paga em Timor, Macau e Índia. Assim um primeiro oficial ganha em Angola, pelas fontes indicadas, 20.700,00; nas três outras colónias agora referidas ganha, respectivamente, 17.000\$, 19.000\$ e 18.888\$. Um segundo oficial percebe em Angola 17.990,00 e 15.000\$, 15.020\$ e 13.489\$ nas outras três colónias; um terceiro oficial (Fazenda) recebe em Angola 16.925,00 angolares e em Timor 8.750\$, em Macau 12.620\$, na Índia 10.568\$, em Cabo Verde 11.462\$, em S. Tomé 14.383\$.

Atendendo a que os índices do custo de vida não são em Angola mais elevados do que na metrópole, tem de concluir-se que os vencimentos normais referidos (categoria, exercício, subvenção colonial e subsídio eventual) permitem ao organizador do orçamento uma certa liberdade de acção no que respeita às formas de remuneração por eles não abrangidos, isto é, em relação aos vencimentos extraordinários.

Tem a certeza de que as reduções que faça ou as imposições que lance sobre esta categoria de remunerações não ferem o que é necessário para a manutenção da vida normal dos funcionários.

O que se faz por este decreto e o primeiro passo para uma inadiável simplificação de vencimentos, já que agora ficam estes colocados em termos próximos dos que são realmente compatíveis com a situação financeira da colónia. Efectiva-se um decidido esforço no sentido de se chegar à fórmula que menos sacrifício represente para todos os funcionários. Quem comparar imparcialmente os resultados alcançados com as dificuldades a vencer, não poderá, em boa justiça, — menos em Portugal — negar ao menos esta intenção.

Assim, suspendeu-se o pagamento, durante o ano de 1931-1932, do subsídio de isolamento e da gratificação de permanência, o que dará uma diminuição de despesa de 4:166 contos. Eram as remunerações que a menos funcionários interessavam e que menor influência tinham na manutenção geral da sua vida. Reduziram-se de 50 por cento as ajudas de custo, as despesas de representação e certos subsídios; as remunerações por horas ou trabalhos extraordinários e pelo exercício de funções inerentes a qualquer cargo público, as gratificações especiais, de serviço, comissão, classe ou exercício técnico foram reduzidas de 50 por cento. Estas eliminações devem representar uma economia sensivelmente próxima de 4:360 contos. Não tínhamos, até agora, tocado em nada que possa ser considerado essencial no sistema dos vencimentos públicos da colónia. Maior esforço tinha sido exigido na metrópole em matéria de remunerações extraordinárias.

Mas tínhamos mesmo assim, de encontrar compensação para um *deficit* que, depois de feitas todas estas reduções, era ainda de 9:687.000,00 angolares.

Ora recebem os funcionários de Angola dois subsídios bastante discutíveis na forma que actualmente revestem, quando não na sua própria existência: o subsídio de família e o de renda de casas.

O sistema de subsídios existentes em Angola é um dos grandes factores da anarquia da contabilidade; ataca princípios basila-

res da hierarquia funcional, pois acontece encontrarem-se, num mesmo serviço, indivíduos que ganham mais do que os seus imediatos superiores hierárquicos; torna os vencimentos independentes dos factores que directamente respeitam à função exercida; faz dos ordenados uma forma de assistência pública e não a remuneração de um trabalho; é atentatório da boa disciplina.

Para ilustrar estas últimas afirmações tomemos como exemplo o subsídio para rendas de casas.

Em Julho de 1930 encontravam-se, na Direcção dos Serviços de Fazenda, primeiros oficiais que recebiam mensalmente, pela verba referida, 1.500,00 e 1.200,00 angolares, enquanto que outros, com igual graduação, apenas recebiam 240,00, 150,00 e até 80,00; ao mesmo tempo certo terceiro oficial recebia 1.250,00 e determinado segundo oficial 800,00. Noutras repartições encontravam-se um director a quem eram abonados 1.200,00, aspirantes com 750,00, 430,00 e 80,00, agrimensores com 80,00, segundos oficiais com 800,00, 600,00, 360,00, 80,00 e 40,00 e amanuenses com 450,000, 80,00 e 40,00 angolares. Todos veem que não pode haver nos serviços boa disciplina com um sistema de vencimentos que assim se preste a estas inversões de categorias. Os abonos não são estabelecidos em razão das responsabilidades da função, do saber, das qualidades ou do esforço que exige.

Impõe-se portanto uma total remodelação. Mas essa depende do critério que for adoptado na reforma dos vencimentos. Não pode fazer-se num decreto de receita e despesa. Dá-se contudo agora o primeiro passo para a reorganização necessária, fixando-se as verbas dentro das quais os dois referidos subsídios tem de conter-se. Marcam-se 6.000 contos para o subsídio de família e 2.000 contos para o de rendas de casas.

Impõem estas verbas, desde já, uma reforma parcial, embora os quantitativos fixados sejam sensivelmente mais altos do que os que no orçamento anterior estavam inscritos. Assim o subsídio de família devia custar em 1929-1930 e 1930-1931 apenas 3.800 contos; o subsídio para rendas de casas 1.300.

Agora dão-se ao primeiro mais 2.200 contos e ao segundo mais 700 contos. E poupam-se, em relação às verbas inscritas no projecto de orçamento, cerca de 4.404.000,00 angolares.

Para o deficit de 5.280 contos que fica, depois de efectuadas fôdas as reduções a que antes nos referimos, tem de recorrer-se a um imposto de salvação pública. Regulou-se este de modo a não exceder sensivelmente aquela soma. Mais uma vez se atacaram aqui de preferência vencimentos que não constituem a remuneração normal do funcionário, mas resultam ou dos actos de percepção de receitas em que colabora, ou das situações excepcionais em que se encontra.

Assim, lança-se um tributo:

a) De 20 por cento sobre as percentagens relativas ao lançamento e cobrança de impostos para fundos especiais ou pessoas morais;

b) De 25 por cento sobre as participações dos funcionários aduaneiros em receitas e sobre as percentagens dos interventores no lançamento e cobrança do imposto indígena;

c) De 30 por cento sobre as diferenças de vencimentos de categoria, diuturnidades, cotas de recebedores e amanuenses da Fazenda, subsídios a alunos, despesa de deslocação, demora, marcha e viagem;

d) De 50 por cento sobre diferenças de vencimentos mandados abonar por circulares e participações em receitas não consideradas especialmente no decreto;

e) De 90 por cento sobre as percentagens nas cobranças abonadas nos termos do diploma legislativo n.º 29, de 30 de Março de 1929.

Para perfazer a quantia necessária para cobrir o deficit, deixando no orçamento, do lado das receitas, pequenas reservas indispensáveis, completa-se o quadro lançando um imposto, de 7 por cento sobre o subsídio eventual, salário ou vencimento único dos funcionários, assalariados e empregados ao serviço do Estado nas sedes dos distritos, e de 6 por cento sobre os que exercerem as suas funções noutros locais.

Assim se equilibra o orçamento da colónia para o ano económico de 1931-1932.

Em resumo temos portanto:

Receitas

Receitas avaliadas no projecto de orçamento....	113:937.663,00
<i>Aumentos:</i>	
Correcções e aumentos de receitas angolares....	23:541.337,00
Imposto de salvação pública	5:280.000,00
Total angolares	142:759.000,00

Despesas

Despesas previstas no projecto de orçamento.... 217:914.861,13

Abatimentos:

Encargos da dívida pública.....	29:737.408,98
Exercícios findos	11:088.749,14
Reduções gerais	18:417.703,01
Supressão de serviços e lugares.	2:982.000,00
Suspensão da gratificação de permanência e do subsídio de isolamento.....	4:166.000,00
Redução de gratificações, etc....	4:360.000,00
Fixação das verbas para subsídios de família e renda de casa	4:404.000,00
	75:155.861,13
Total angolares	142:759.000,00

Não é o equilíbrio do orçamento obtido sem sacrifícios. Mas a desordem financeira de Angola e as suas dificuldades económicas chegaram a tal ponto que impossível seria consegui-lo de outra maneira. E todos devem compreender que é indispensável conquistá-lo e mantê-lo. É a condição essencial para que Angola se desenvolva sem as atribulações que, infelizmente, têm sido nos últimos anos casos correntes na sua vida.

São pois características essenciais do equilíbrio orçamentário realizado:

1.º Ter sido obtido com o auxílio da metrópole, que, sobre si, directamente tomou, no corrente ano económico, o encargo de quasi um terço do deficit inicial, pelo que não só deixará de receber quantias importantes, como terá de fazer pagamentos a que, na falta de Angola, estava obrigada;

2.º Ser, em parte, consequência da supressão da verba de exercicios findos, de modo a representar o início de uma vida nova dentro da ordem, sem o peso das dívidas do passado, que os governos central e de Angola tentarão liquidar por fora do orçamento;

3.º Ser obtido sem novas imposições sobre as forças activas da colónia, tendo-se utilizado apenas as elevações de receitas tributárias resultantes de medidas anteriormente tomadas;

4.º Representar, pela supressão de alguns serviços e logares, o início de uma política de remodelação dos organismos públicos, baseada no critério de que o seu custo deve ser proporcional sempre à utilidade;

5.º Deixar livre, para aplicação a despesas de fomento, a receita extraordinária da colónia;

6.º Exigir um sacrificio relativamente pequeno dos vencimentos dos funcionários dos quadros que ficam existindo, pois que, num total de despesas de pessoal que, no projecto de orçamento (compreendendo aposentados e duplicações de vencimentos) se computa em 125.000 contos, apenas 18.210 se lhe vão pedir; assim a contribuição geral dos gastos do pessoal é de menos de 15 por cento;

7.º Resultar sobretudo de deminuições operadas sobre os vencimentos extraordinários, que, interessando só a uma parte relativamente pequena do funcionalismo, não poderiam existir em países de finanças simples e bem organizadas; pode dizer-se que o sacrificio dos vencimentos que respeitam à generalidade do funcionalismo (suspensões de gratificação de permanência e do subsídio de isolamento, reduções dos subsídios de família e de rendas de casa, imposto sobre os salários e subvenção eventual) não representa mais de 10 por cento do total das despesas com o pessoal inscritas no projecto de orçamento; e se notarmos que a gratificação de permanência e o subsídio de isolamento não devem, em doutrina rigorosa, ser considerados de aplicação geral, temos que, afinal, o sacrificio ao equilibrio orçamental, feito pela maioria dos funcionários de Angola, não excede 5 a 6 por cento do total das despesas do pessoal. Não pode considerar-se excessivo.

A-pesar das severas restrições operadas, apresenta-se o orçamento para 1931-1932 como um trabalho feito com o sincero desejo de dar satisfação às legítimas ambições dos serviços. Não deixa porém, em todos os departamentos, margem para excessos, embora alguns, no recibo de atingir o essencial, se tenham deixado verbas que parece possível reduzir ainda.

Nessa matéria há um vasto trabalho a efectuar — porque, em Angola, quasi todos os serviços estão longe de corresponder àquilo

Página literária

AINDA vem longe a manhã e já pelo acampamento é grande o reboiço que os preparativos da marcha e a necessidade de cêdo atingir o rio Cunene, ocasionam. Cai sôbre a terra um cacimbo pesado, impenetrável.

Debaixo do carro boer, o dormitório daquela noite, saem, tirando de frio e com a pele negra do corpo encarquilhada e rígida, os pretos que da comitiva fazem parte.

Sopram desesperadamente nas mãos, que dispõem em forma de búzio e que encostam à boca, no triste convencimento de que, soprando, se espanta o frio daquele cacimbo mórbido que imobilisa os músculos, que entorpece os membros e que irrita bronquios mal defendidos, provocando a música áspera de um pigarreio cavernoso e convulsivo.

Na fogueira quási extinta, prepara-se o café reconfortante e, em volta dela, juntam-se os negros em busca dum pouco de calor que os reanime.

Perto do carro boer já estão dispostos, em semi-círculo, os vinte bois que transportam este carro monstro por tão maus caminhos, prontos a ocupar o lugar que lhes é marcado na fileira.

À mistura com os sons estrídulos e irritantes dos golpes do chicote, ouvem-se, em tom áspero e intimativo, os nomes dos bois «Blackfoot», «Quelimane», que o condutor negro vai atrelando, à força de imprecações e de chicotadas, para arrancar do entorpecimento os pobres animais que sentiram atrozmente, durante uma noite inteira, aquele cacimbo mau.

Está tudo pronto para marchar...

O carreiro informa que, com um pequeno *treck* e antes que o sol esteja assim (estende verticalmente

Quimbanda ia Gando

(O feiticeiro dos jacarés)

por CARLOS CARNEIRO

Médico veterinário

Delegado de sanidade pecuária em Mossâmedes

Jornalista colonial

o seu braço direito) será atingido o Cunene, no Cáfu, logarejo onde este rio permite uma fácil passagem ao carro e aos bois.

Inicia-se vagorosamente a marcha...

À frente dos bois, a indicar-lhes o caminho, vai, ainda tirando de frio e em

bocejos fundos de noite mal dormida, o guia negro, um garoto *m'huila*, de olhar arguto e atento aos calhaus inúmeros que as rodas colossais deste carro monstro, galgam com estrépito.

Ora sentado na boleia, ora vencendo a pé esta tão má estrada segue, agitado, frenético, o negro carreiro.

Se os bois se retardam na marcha ou se um ou outro se afasta do lugar que lhe é destinado, chovem, em grita feroz, as imprecações do negro que sôbre o pobre boi despeja, certeiras no lombo, chicotadas bravias e contundentes.

É compassadamente, marcha-se através aquela planície enorme e martirizante, agüentando, com beneditina paciência, a incomodidade que os saltos bruscos do carro provocam e que a falta de molas e a dureza do material mais fazem aumentar.

É de terras do Jau, *m'huila* também, o preto carreiro.

Forte, espaduado, de gaforina enorme, empastada pela manteiga de vaca, como é de uso entre a sua tribo, trás suspenso do pescoço um sujo cordão de missanga donde se dependuram, disformes, os vários amuletos que o defendem dos malefícios.

É infernal o barulho que o carro, marchando, -nos obriga a ouvir e a êle aliase, irritante, atordoador o estalo áspero da pita do chicote e os gritos de indignação do negro que, chamando os bois pelo seu nome «Damaraland», «Bismark», lhes faz lembrar que há calaceirice que castiga com pesada chicotada.

A paisagem é monótona e duma tristeza que confrange.

Só o *mutiati*, pequeno arbusto, empresta um verde vivo àquela planície onde vegeta, mas já a amarelecer, o capim imenso, alimento succulento dos muitos rebanhos bovinos que se vão vendo na marcha.

Ao fundo, destaca-se, imponente, uma zona grande, de arborização intensa.

É a margem esquerda do Cunene, rio que há que atravessar para atingir terras do Cuamato.

Uma hora mais de marcha e depois o merecido repouso, à sombra de munhandeiro frondoso, onde se devora, com apetite desenfreado, o pobre almôço de quem viaja por terras destas...

As águas do Cunene deslizam, serenas, pelo seu leito, como que cansadas das violências da última cheia.

Pela planície marginal onde ainda se encontram

que dêles a Colónia e a Mãe Pátria deviam naturalmente esperar. É duro dizer isto, porque, como escreveu, há longas dezenas de anos, um dos grandes de Angola, "desagradará decerto a muitos ouvir o que de todos é conhecido.. Mas esta é a verdade: e esse trabalho tem de levar-se a bom termo. Assim o tempo e os homens ajudem.

A-pesar-de sinceramente estabelecido, precisa o orçamento de executores que em todos os sectores da administração, sem transigências, sem temporizações, rigidamente, duramente, o ponham em prática. De longe, o Ministro das Colónias pouco ou nada poderia contra o desleixo, a incúria, a falta de zelo pelos dinheiros de todos. ¿Encontrará este orçamento os executores de que precisa? Se encontrar, Angola terá ganho uma grande batalha no campo da boa ordem, avançado um grande passo no caminho da prosperidade. Se não tiver tam boa fortuna, o Governo terá de recommear, pedindo noutro ano sacrificios talvez maiores do que os de hoje. Mas o Ministro tem a justa esperança de encontrar, da parte de todos, a ajuda que à colónia é necessária.

Por isso confia a execução do orçamento à honra e ao patriotismo dos funcionários de Angola.

Lisboa, 8 de Julho de 1931. — O MINISTRO DAS COLÓNIAS.

pequenas lagoas que a inundação formou e em volta das quais volitam, alegres, bandos lindos de patos e blandiras, há vestígios bem evidentes das enxurradas havidas.

Sobre ela apodrece, em putrefacção violenta, a vegetação aquática agora exposta a um sol tórrido, infernal.

As águias passam velozes, junto à água, em busca do imprevidente peixe que se deixa cair nas suas garras.

Na margem de lá, víçosos, estendem os seus ramos, em alegria louca, os *baobabs* disformes, repugnantes, gosando o pequeno período de boa seiva que as águas do rio, por pródigas, lhes insuflaram.

Dentro d'água, ameaçador, horrendo, aguarda vítimas o jacaré manhoso.

Há que defender dele os pobres bois que o carro transportam e que, a nado, têm que atravessar o rio.

A chamada insistente do preto carreiro, sai do seu *chilongo*, a passos lentos e sorvendo ávidamente do seu cachimbo o fumo negro dum tabaco forte, o feiçiceiro dos jacarés.

É já pesado em anos este *quimbanda* famoso das terras do Cunene, invencível inimigo de todo o jacaré que se abriga nas águas misteriosas daquele rio.

Do caniçal que rompe da margem, destaca um caniço que fragmenta com ferrugenta navalha, dando-lhe a forma de uma rudimentar flauta. Dela arranca, soprando com furor, sons agudíssimos que são o convite à aproximação dos crocodilos.

Terminada esta operação, numa pequena caixa em couro que trás presa à cintura, fira um fruto de negra casca, o *anjombo* e depois de o tritular, lança-o na água que rapidamente toma uma cor leitosa.

Espera-se uns minutos e inicia-se a marcha dos bois e do carro, através do rio, indo à frente deles o feiçiceiro que, em altos gritos, insulta os jacarés, desafia-os a que dele se aproximem, ameaça-os, dando varadas fortes sobre a água, até atingir a outra margem, já livres os bois da dentuça aguçada do *gando* traçoeiro.

Remunerado por tão importante serviço, regressa, satisfeito, ao seu *chilongo* onde, rodeado de negras, leva a vida feliz do privilegiado a quem o destino favoreceu com o sobrenatural dote de afugentar jacarés.

O carro, já em terras do Cuamato, retoma a sua marcha, lenta, martirizante, através as *chanas* tristes daquele retalho de África até atingir o Cuanhama, extremo sul deste colossal território.

Mossâmedes, Maio de 1931.

Colégio Francês

Curso infantil, primário, secundário e comercial para o sexo masculino

O melhor Colégio no centro de Lisboa,
Instalações modelares
com todas as condições exigidas
pela pedagogia moderna,

corpo docente recrutado entre os melhores
elementos do ensino oficial e particular

RUA ALVARO COUTINHO, 14 — LISBOA

TELEFONE N. 967

Pedir prospectos à DIRECÇÃO

O Decreto regulador das transferências de Angola

O decreto 19.773 da pasta dos Colónias que visa a resolver a questão das transferências alterando ao mesmo tempo o sistema pautal e aduaneiro da Província, regulando a concessão de créditos e criando também um novo imposto sobre as casas de Angola com representação em Lisboa — a contribuição industrial — foi estudado e apreciado por uma comissão para esse efeito constituída em sessão magna que se realizou na Associação Comercial de Lisboa.

Cerca de 150 comerciantes, agricultores e industriais de Angola acompanharam a comissão na entrega da representação, feita ao ministro das Colónias.

Todos foram recebidos por s. ex.^a que disse não dispensar a feliz oportunidade de ver reunido tão elevado número de representantes das forças vivas de Angola para lhes transmitir o que pensa acerca do espírito com que legislou e também acerca do estudo da comissão que mão desconhecida previamente lhe tinha remetido.

E fazendo comparações, durante largo tempo, com a maior proficiência e larga cópia de pormenores, garantiu s. ex.^a que, acima de tudo, legislou com as mais patrióticas intenções, sendo mister reconhecer a sua boa vontade em resolver o complexo e gravíssimo problema económico e financeiro de Angola.

Quanto à obrigação da entrega de cambiais conta s. ex.^a com a grande redução nas despesas públicas daquela colónia, e com o adiamento já obtido do pagamento das dívidas à Metrópole, poder reduzir muito o sacrifício dos 75 % consignados no decreto; tomar uma base mínima sujeita a progressão a aplicar em caso de necessidade, e que conduzirá ao ambicionado equilíbrio.

Não há organismos ou empresas excluídas da obrigação da entrega de cambiais, sendo toda a exportação de Angola igualmente sujeita à taxa que na regulamentação do decreto fôr estipulada, e nesse ponto está o estudo das forças vivas de Angola errado, por haver excluído do cômputo dos valores de exportação os diamantes explorados na Província.

E' preciso que a todos anime um grande espírito de sacrifício para que, como é mister, se possa arranjar uma boa adaptação das coberturas às transferências, e — diz o sr. ministro — será essa a única política que seguirá, para evitar quanto possível o encarecimento da vida a todos os prejuízos que a situação financeira actual acarreta.

Continuando, diz que acerca da elevação das pautas é difícil encontrar o ponto ideal que sirva simultaneamente para proteger a indústria nacional sem produzir o encarecimento na vida da Colónia, mas que tratará de aproximar o mais possível essas conveniências, esperando que a realização de um tratado de comércio com a Bélgica nos dê plena independência aduaneira no Zaire, facilitando assim a solução deste aspecto do problema.

O sr. ministro, em perfeita concordância com os coloniais de Angola, acha gravíssimo o problema que se apresenta da *liquidação do passado*, reconhecendo a necessidade de lhe acudir com medidas à margem do decreto 19.773.

Espera S. Ex.^a que para a Província resulte benefício da autorização que vai ser concedida para o funcionamento de dois bancos estrangeiros, cujas capitais em alguma coisa auxiliarão a vida de Angola, defensor da política de fomento dentro do equilíbrio orçamental, preciso será no momento próprio dar à Província meios para se realizar a desejada e tão necessária obra de fomento. E a contar com isso já deixou excluída no orçamento a receita extraordinária dos diamantes.

Não há que regatear o dinheiro dado a esta Colónia, há apenas que lamentar não ter sido convenientemente aplicado. Mais merece e muito mais tem que se lhe dar, reconhecendo S. Ex.^a que as forças vivas de Angola são as maiores vítimas da desorganização em que há muitos anos vive a administração colonial.

O Sr. dr. Lima Bastos, em nome de todos os presentes agradeceu a S. Ex.^a a sua brilhante exposição acerca das dificuldades económicas e financeiras de Angola, saindo todos convencidos de que o sr. ministro está cheio de boa-vontade e deseja sinceramente evitar novos sacrifícios, que seriam incomportáveis, para o comércio, agricultura e indústria daquele nosso domínio colonial, e bem assim de que o Ministério das colónias vai passar a ser o grande impulsionador do ressurgimento político e económico de nosso Império Colonial.

A administração portuguesa encarada por estrangeiros

Um artigo do "Essor Colonial et Maritime" sobre o ressurgimento financeiro do país e a obra dos srs. Ministros das Finanças e das Colónias

O «Essor Colonial et Maritime», o excelente jornal colonial belga, cujos sentimentos de simpatia por Portugal se manifestam amiúde e que tem sido o incansável trabalhador duma aproximação Angolo-Congoleza, sob a epígrafe «As Reformas Portuguesas» publicou uma série de artigos assinados pelo ilustre jornalista M. A. L'Hoist, dos quais não resistimos à tentação de publicar o primeiro.

Viu o jornalista com notável clareza a evolução dum ressurgimento nacional que no país e nas Colónias se vem manifestando, graças à forma como o patriotismo dos portugueses tem suportado a pesada penitência que lhes foi imposta é a obra notabilíssima dos srs. Ministros das Finanças e das Colónias.

Presta o «Essor» um bom serviço a Portugal e esperamos que tóda a imprensa portuguesa o ponha em relêvo, pois nem sempre as cousas nacionais são vistas no estrangeiro com a mesma justiça e a mesma simpatia.

Estas últimas semanas foram ferteis em acontecimentos em Portugal, pois assistiram ao aparecimento de vários decretos que representam o termo final da tarefa que o Governó actual se tinha imposto.

"Where there is a will, there is a way", dizem os ingleses — e os portugueses confirmaram o ditado. Em 28 de Maio de 1926, o exército levantado pelo apêlo dêsse belo soldado que foi Gomes da Costa, recebia do Governó tódas as pastas ministeriaes... poz o Parlamento em férias... viu-se forçado a enfrentar a imensa tarefa de reformar e fazer resurgir todo o país. Apressaram-se os militares a escolher, para partilhar do seu trabalho, os civis novos e competentes. E todos, em conjunto, entregaram-se a um trabalho tornado ainda mais árduo pela crise mundial que pesa sobre a economia do país e pelo descontentamento dos aderentes ao antigo regime parlamentar.

Foi elaborado um gigantesco programa, e vigorosamente, ainda que prudentemente, foi realizado. Estradas esplendidas — verdadeiras auto-estradas — substituíram caminhos sem nome, e, enfim, Portugal com as suas belezas, pode pensar em criar uma indústria turística à qual está reservada um grande futuro.

O equipamento ou energias naturais foi desenvolvido, construíram-se novas escolas, a hygiene pública recebeu créditos, e, favorecidas pelo Governó as sociedades de beneficência e propaganda contra os males epidémicos entraram em magnífica actividade.

Não esquecendo a sua situação de país colonial e marítimo, de maravilhosas tradições, Portugal, pelo seu Governó, assinou em 3 de junho os contratos de compra de navios de guerra ultra-modernos, pequenos, é certo, mas respeitáveis. Nenhum empréstimo foi contraído e o orçamento equilibrado, há dois anos que é fechado com saldo, o que há muito tempo não acontecia. A moeda está estabilizada, de facto, há mais de 3 anos. A circulação fiduciária foi diminuída de um terço. O comércio exterior e o movimento marítimo tem aumentado constantemente.

A Grande Penitência

Esse ressurgimento, evidentemente, não se tem obtido sem sacrificios enormes. Os impostos são pesados (três biliões e meio de

francos belgas nas receitas) para um país pobre, por mais ricas que sejam as suas possibilidades, os funcionários, demasiado numerosos tem sido, uns licenciados, outros reduzidos nos seus vencimentos. O regime como extraordinário que é teve que tomar também, na ordem política, medidas extraordinárias: censura, policia preventiva de informações etc.

Este imenso trabalho é atribuído à indomável energia do moço Ministro das Finanças Oliveira Salazar (do qual um dia contarei a vida, ainda tão curta, mas tão triste e tão bela); não se deve esquecer, todavia, que êle nada poderia ter feito se não dispuzesse duma enorme força.

Não resisto à tentação de contar duas anedoctas sintomáticas: Uma senhora ainda nova, de recursos modestos, Madame M. C. d'A. queixava-se-me, em Agosto último, da atroz situação em que a tinha lançado a redução de vencimentos de seu marido, funcionário público. Para viver tinha sido forçada a trabalhar ela também mas, apesar disso, as dificuldades no lar eram enormes. No entanto, dizia ela, se Oliveira Salazar fere alguns como eu, isso é para bem do país e é com satisfação que eu soffro por Portugal.

Uma outra vez, perto de Coimbra, encontrei um pequeno commerciante que se lamentava acerca dos novos impostos que tornavam difficil a sua situação comercial. Contudo, acrescentava êle, que importam as minhas dificuldades, se elas contribuem para a construção destas belas estradas; mais tarde, se não fôr eu, meu filho e os da sua geração, não-de beneficiar dum Portugal modernizado.

Poderia ainda citar outras porque em Portugal constituem a maioria esses indivíduos que põem o seu interesse particular depois do interesse nacional, ou que como um velho coronel meu amigo, retirado e pobre, mostrando-me um projecto de submarino para a nova frota, dizia com orgulho: Estes escudos que tiraram da minha pensão vão servir para pagar torpedos — e esta idea transforma em vinho a água das minhas refeições.

A reforma financeira de Angola

Para se triunfar, no entanto, estas medidas tinham que exceder o quadro do Portugal continental. Com effeito, o equilibrio dum orçamento supõe que em cada posto as despesas effectivas dum exercicio não excedem as previsões de fundos a receber.

Ora, regularmente, a colónia de Angola era subsidiária do orçamento metropolitano, ao qual, em nove anos tem custado mais dum bilião de francos belgas sem que, geralmente, estas despesas tenham sido productivas. Além disto esta Colónia tem a sua moeda própria, o Angolar, que deve estar em paridade com o escudo metropolitano.

Angola é uma colónia em via de desenvolvimento, o que quer dizer que importa muito material, productivo além de prazos mais ou menos prolongados — importação, por consequência, que não tem contra-partida directa, que excede em muito as exportações e que se paga em Angolares.

Estas exportações que consistem, na sua quasi totalidade, em produtos vegetais, coiros, diamantes pequenos etc., soffrem os effeitos da crise de preços que actualmente as desvalorizam.

O seu transporte para o exterior effectua-se forçosamente em barcos extranhos à Colónia, devendo os fretes, por consequência, ser convertidos, pelos armadores, em escudos portugueses ou divisas estrangeiras.

As economias realizadas sobre os salários pagos em Angolares são convertidas noutras moedas, quer para a remessa às famílias dos funcionários e colonos na Europa, quer quando o seu proprietário liquida ou regressa.

Esta forma, o Angolar é uma moeda que paga as compras dos produtos especificamente angolanos, os quais, em ouro, são anualmente inferiores às compras que Angola realiza fora das suas fronteiras. Não há um movimento de reentrada de fundos do estrangeiro, e a concorrência de capitais a Angola, que poderia equilibrar a balança, é muito fraca para o conseguir.

A oferta de angolares excede a procura e, logicamente, a depreciação produz-se. A crise traduz-se assim num problema de câmbio... e 344 milhões de francos belgas fornecidos em quatro anos pela Metrópole, para manter artificialmente a paridade com o escudo.

O orçamento, regularmente em deficit, não permite uma confiança — nem coberturas de confiança. Os bancos tomaram como medida defensiva a limitação das transferências de angolares ao volume das coberturas.

O resultado evidente para Angola foi a impossibilidade de comprar o que lhe é necessário para a sua vida e para o seu apetrechamento para o futuro.

O Ressurgimento

Oliveira Salazar, entretanto, tinha enviado a Angola, há cerca dum ano, o seu moço sub-secretário de Estado, economista dis-

tinto, Armindo Monteiro encarregado de estudar em Angola o seu problema financeiro, orçamental e monetário.

Regressado êste, conferenciou com o Governo e foi nomeado Ministro das Colónias. E as reformas não se fizeram esperar.

Angola administrativa emprega demasiado número de brancos a quem confia um número também demasiado de postos inferiores. Em 24 de Fevereiro, apparecia o decreto draconiano sobre a reorganização administrativa, créditos etc.

A grande penitência era assim estendida à Colónia. Uma revisão das previsões orçamentais reduziu o *déficit*, foram decididas muitas restrições e é de esperar o fecho do ano com muito menos perdas do que as previstas. A dívida da Colónia para com a Metrópole e diversos bancos nacionais foi consolidada. O decreto de 27 de Março estabeleceu as regras que os governos locais deverão seguir para preparar a passagem para uma situação financeira sã, o que poderá ter logar êste ano, num futuro próximo.

Enfim, em 27 de Maio, via-se apparecer o enorme decreto (44 páginas do "Diário do Governo, I) sobre a questão económica e os câmbios.

Uma vez que a cotação do angolano, como vimos, estava fitticamente mantida ao par, graças aos sacrificios do Portugal metropolitano e que a incerteza no futuro fazia fugir os capitais, era preciso agir sobre o economia das trocas.

Os bancos estrangeiros foram autorizados a estabelecer-se em Angola e, com o orçamento equilibrado, espera-se que êles atraiam para a Colónia os capitais estrangeiros. Ao mesmo tempo é pôsto em execução um plano que favorecerá as exportações de Angola.

Angola importa anualmente (1929) mercadorias num valor de 314.215.000 escudos, dos quais 190.056.000 do estrangeiro e 124.179 de Portugal.

É feita uma revisão dos direitos aduaneiros; as mercadorias estrangeiras pagarão à entrada direitos duas vezes e meia superiores aos que incidem sobre as mercadorias portuguesas e, além disso, como até aqui os direitos "ad valorem", favoreciam as mercadorias estrangeiras, direitos fixos substituirão em certos casos as percentagens (*Vid. quadro anexo*).

Quanto aos produtos estrangeiros de que se quer restringir a importação (considerada inútil para a economia da Colónia e nociva para a da Nação) os direitos serão pagos em divisas e não em angolares. O novo regime alfandegário reduzirá as importações.

Sob a designação de "Fundo Cambial", cria-se uma caixa de conversão que será a central do câmbio e estabelecerá a cotação ao par do escudo português, que dará as autorizações para a transferência de fundos e receberá as divisas entradas em Angola.

Não poderá permitir conversões para uma exportação que exceda as suas coberturas em moeda estrangeira, nem concederá, em princípio, autorizações senão há vista de documentos de alfândega pelos quais se verifique a entrada das mercadorias nas Colónias.

O ponto de vista belga

Vê-se que as medidas são severas, mas crê-se que elas permitirão chegar ao equilíbrio da balança comercial. O proteccionismo que as inspira será momentaneamente, muito útil à indústria portuguesa mas é certo que a sua aplicação prolongada traria graves inconvenientes para a vida económica. Os Estados mais poderosos, mais ricos e mais bem apetrechados não resistiram a êste veneno lento.

Entretanto, como as dos outros países, as nossas exportações para Angola vão sofrer durante a vigência do novo regime, mas como por outro lado somos vizinhos da Colónia e como, indubitavelmente, a política portuguesa procura favorecer os investimentos em Angola, a nossa experiência congoleza, há-de permitir-nos talvez criar e desenvolver, ao abrigo da muralha aduaneira, certas indústrias como as dos algodões, xaropes etc. Com algumas facilidades nós poderíamos eventualmente contribuir para a implantação duma indústria para o mercado interior. Isso só teria vantagens para Angola e contribuiria para a sua independência económica.

A estabilização

A situação de Angola, graças a estas medidas permite esperar que esta Colónia não apresentará mais, para o orçamento metropolitano a temível incógnita que até aqui constituía e, por consequência, que será o último acto do ressurgimento financeiro do país.

E sê-lo há de facto. No princípio de Junho de 1931 foram

publicados vários decretos regulamentando uma reforma no Banco emissor (Banco de Portugal), tornando official a estabilização de facto a 110 escudos por libra esterlina e determinando o regresso ao padrão e à moeda de ouro, assim como a retirada e a substituição por moedas de prata, das notas de 2\$50, 5 e 10 escudos.

O Governo actual trabalhou cinco anos para atingir êste resultado. E decidindo fazer as eleições considera a sua tarefa concluída e manifesta o desejo de se retirar... sem recorrer a nenhum "plano quinquenal". O que conseguiu foi com o sacrifício do seu povo—sacrifício que não terá sido inutilmente feito.

Comparemos estes resultados e os seus benefícios ao que o outro significa para os desgraçados russos.

ANDRÉ L'HOIST.

O grupo de alunos que no ano lectivo findo concluíram o Curso Superior Colonial



Da esquerda para a direita: 1.º plano: Tenente do Q. A. M., Santos Nobre, Major de Artilharia Nascimento Moura, Francisco Alves Azevedo, Capitão de Artilharia Dr. Costa Figueiredo e José da Cruz. No 2.º plano: Capitão de Artilharia Bernard Guedes, José da Silva, Dr. J. da Fonseca Ferreira, Dr. Marcelo Matias e Tenente de Caçadores Norberto Murias

Banquete de Fim de Curso:— Nos primeiros dias do corrente mês realizaram um banquete solemnizando o final do Curso, os alunos do 4.º ano da Escola Superior Colonial. O banquete que decorreu em maravilhosa camaradagem, deixou no espirito de todos gratas recordações. Assinado por todos os finalistas do Curso Superior Colonial foi enviado a Sua Ex.^a o Ministro das Colónias o seguinte telegrama:

MINISTRO DAS COLÓNIAS

O Curso do 4.º ano da E. S. C. tendo terminado a sua frequência, exprime respeitosamente a V. Ex.^a com os seus cumprimentos, os desejos de que assegurando-se aos diplomados por aquela Escola as garantias práticas que justamente merecem se promova o melhoramento da E. S. C. por forma que esta plenamente atinja a alta finalidade Nacional que lhe compete.

Semana das Colónias

A semana das Colónias que deveria ter sido realizada o mês passado por iniciativa da benemérita Sociedade de Geografia, foi adiada para o próximo mês de Setembro.

Oxalá, quer pelos assuntos a tratar, quer pela competência dos conferentes, quer pela propaganda que em volta do acontecimento é preciso fazer, a Semana não seja mais um rosário inútil de logares comuns—uma formalidade bafienta, como algumas vezes tem sido.

Nisso está decerto, mais do que ninguém, empenhada a Sociedade de Geografia.

Significado Nacional do Ensino Colonial

POR

Francisco Alves de Azevedo

Diplomado com o Curso Superior Colonial

FOI com plena razão que ultimamente em Vín-
cenes, num dia apropriado se exaltaram os mé-
ritos e o valor da Escola Colonial de Paris.
Muito justamente o marechal Lyautey, comissá-
rio geral da exposição, M. Paul Reynaud, ministro
das Colónias da França, e Lucien Hubert, senador e
presidente do conselho de administração referida es-
cola, insistiram na necessidade urgente, que agora se
começa a fazer sentir no que diz respeito à impor-
tância que lhe devia ser dada, para que a sua cate-
goria fôsse cada vez mais preponderante, no con-
junto das grandes escolas francesas superiores.

Tais afirmações podem perfeitamente adaptar-se
ao organismo metropolitano que entre nós desempe-
nhou o papel análogo ao da Escola Colonial de Pa-
ris: a Escola Superior Colonial de Lisboa.

Qualquer esforço no ultramar, está hoje na ver-
dade destinado a um fracasso lamentável, se a sua
realização não fôr efectivada tendo em mente uma
preparação técnica da mais larga amplitude.

A Escola Superior Colonial materializa, com
efeito, até certo ponto, as nossas aspirações sob este
aspecto. Entretanto, não cumpriu ainda inteiramente
a missão que lhe incumbe, (a qual, é comunicar à
nossa obra colonizadora um dinamismo novo, ba-
seado numa segurança de métodos que propiciem re-
sultados fulgurantes) porque tem sido quasi sempre
até agora objecto de indiferença, gozando apenas
duma frouxa solicitude relativa e intermitente.

Quais são as condições necessárias para que o
desenvolvimento e prosperidade da nossa Escola Su-
perior Colonial possa ser um facto? É claro que não
poderemos considerá-las tôdas; todavia entre elas uma
existe que é de molde, em todo o caso, a despertar
a mais viva atenção dos poderes públicos: os princi-
pais interessados. Queremos referir-nos à necessidade
duma política escolar colonial construtiva e eficiente.

Existe por acaso em Portugal uma política com
aquele carácter? Aparecem com efeito nesta ordem
de ideias directrizes exactas, nítidas, que testemunhem
um plano de conjunto metódica e sãbiamente estabe-
lecido? É preciso confessar que nisto como em mui-
tas outras cousas, estamos singularmente atrasados
em relação a outros países: Bélgica, Inglaterra, Ho-
landa, alguns dêles sem colónias: como a Alema-
nha, que mesmo mutilada, não despreza de maneira
nenhuma, na hora que passa, o seu ensino colonial...

Parece-nos por consequência indispensável obter
dos poderes públicos interessados, medidas no sen-
tido de dar um largo desenvolvimento às questões
coloniais, aos programas de ensino secundário, de
forma a que nos vários diferentes exames, destinados
a coroar os estudos feitos nas escolas primárias su-

periores ou secundárias, os membros dos júris, con-
cedam uma atenção particular aos problemas da
geografia colonial, nas suas várias modalidades eco-
nómica, política, social, etc.

Medidas estas que necessitam de ser rigidamente
codificadas e fixadas nos programas de ensino.

Isto supõe bem entendido um plano de reformas
de conjunto, que objective nos espíritos das novas
gerações, aquela noção de império, que é a consciên-
cia de ter feito grandes obras e a vontade firme de
as realizar ainda.

É sem dúvida deplorável que não tenhamos ainda
um manual escolar especialmente consagrado à geo-
grafia e à história das nossas possessões coloniais;
para uso das juventudes estudiosas. As noções que
êle conteria encontram-se hoje dispersas em obras
de leitura fácil, é certo, mas que não dão a estas
matérias a importância e a latitude a que têm di-
reito.

Outra lacuna importante é a que os nossos amir-
gos belgas e ingleses tanto têm procurado corrigi-
r. Sente-se a necessidade em Portugal de iniciativas fe-
cundas em matéria de ensino colonial, dum ensino
colonial que vise ao concreto, e não se confine no
ambiente restrito dos dados teóricos; a multiplicação
de museus coloniais, emanações em reduzido do da
Sociedade de Geografia por exemplo, poderiam servir
eficazmente êste designio; o cinema escolar aparece-
-nos também como um auxiliar precioso.

No que diz respeito propriamente ao ensino de
especialização colonial de funcionários para o ultra-
mar, não esqueçamos nunca, que a nossa coloniza-
ção moderna valerá apenas o que *valerem* os nossos
administradores, e que os nossos administradores não
estarão à altura da tarefa se não nos preocuparmos
em não desprezar nada do que possa respeitar à or-
ganização, apetrechamento e funcionamento da Es-
cola Superior Colonial.

Esquissos apenas do que o futuro nos convida a
realizar no mais breve lapso do tempo — se quizer-
mos formar uma opinião pública colonializadora —
o que acabamos de dizer acerca do ensino colonial
em Portugal é apenas um apontamento breve desti-
nado a ser esquecido o mais depressa possível.

A Borracha

Sua situação nos mercados mundiais

Por

ANTONIO TORRES DE SOUZA

Aluno laureado da Escola Superior Colonial

SENDO os preços-cotação dos produtos coloniais dependentes das situações económica e financeira, por vezes mesmo da situação política, parece-me oportuno dizer algumas e despretenciosas palavras sobre estas.

A situação financeira de quasi todos os países mudou radicalmente; nações prósperas antes de 1914 tornaram-se depois pobres, acumularam-se riquezas onde antes as não havia.

A produção industrial e a agrícola sofreram uma modificação tão profunda e tão radical que só com muito trabalho o mundo económico conseguirá recobrar o equilíbrio perdido.

Tal como se fôsse uma onda de gigantescas dimensões, a crise económica alastra-se cada vez mais, atingindo até as nações há pouco florescentes. E se as ondas são rápidas e passageiras também a crise universal parece—segundo um grande número de economistas— ter chegado ao máximo da baixa, devendo a sua causa principal encontrar-se nos valores insubstituíveis destruídos durante a última guerra.

Vejamos, pois, resumidamente, as condições em que vivem algumas das mais importantes regiões agrícolas.

No continente africano, os produtores queixam-se das dificuldades que encontram na venda dos seus artigos.

A Austrália está em crise, causada pelos preços baixos da lã que, mesmo assim, se não vende com facilidade.

A América do Sul atravessa uma época difícil por questões monetárias e políticas.

A China está agitada por uma revolução interminável, de influências soviéticas e nacionalistas—estas incipientes,— que não permitem por agora, pensar na sua conquista para a colocação de novos produtos.

A Índia Inglesa sofre os preços baixos do algodão, da venda insuficiente das suas matérias primas e da incerteza política.

Na Europa, também as condições não são mais favoráveis.

A Alemanha e a Áustria sofrem a falta de capitais; a Itália e as Nações Balcánicas estão longe duma situação consolidada; a Rússia deixou de ser um grande factor económico de importância mundial; a Inglaterra está congestionada por uma super-produção em todos os ramos; a Espanha tem diante de si a grave questão política, além do complicado problema da peseta e, assim, poucos países ficam cuja marcha económica possa considerar-se medianamente normal.

Não será arrôjo indicar o proteccionismo como o principal culpado da duração deste estado de coisas.

Os Estados Unidos da América são o país de maior riqueza positiva. O último *crack*, apesar das suas grandes dimensões e somas perdidas, não fez massa. É a brilhante situação financeira dos Estados Unidos que origina a prodigiosa capacidade produtora desta nação e a realização de grandes lucros por todas as pessoas que se dedicam ao comércio e à indústria. O desejo de multiplicar rapidamente a fortuna adquirida, deu lugar a uma especulação febril que levou à compra de muitos valores a cotações não justificadas. Ela foi o descalabro que poz em perigo a estabilidade económica da nação.

Hoover, presidente da República, para diminuir os efeitos do *crack*, adoptou medidas baseadas na colaboração íntima de todos os factores económicos para manter íntegra a produção e os salários elevados que por sua vez aumentam o poder de compra da população.

Com o auxílio destas medidas, talvez seja fácil aos Estados Unidos salvarem-se rapidamente do descalabro de poucos meses.

Contudo, apesar da sua população ser de 110 milhões de habitantes, não podem consumir o total da sua produção; têm que exportar uma parte dela, o que será cada vez mais difícil à medida que a crise dos países consumidores vá aumentando, pela correspondente diminuição da capacidade aquisitória.

Se o estado geral do Mundo não melhorar, as medidas de Hoover estarão destinadas a um fracasso de consequências desastrosas.

Em vista destas dificuldades, os Estados Unidos serão obrigados, algum dia, a sair—quanto mais cedo melhor—do seu *splendid isolation* para robustecerem a Velha Europa, perdoando-lhe talvez—no todo ou em parte—as dívidas contraídas durante a guerra última.

Uma Europa economicamente forte será de novo um precioso cliente dos U. S. A.

Para curar os males europeus, é necessária absolutamente a colaboração de todos os Estados—grandes e pequenos—com a exclusão de toda a política de curtas vistas. Infelizmente não é essa a ideia que existe por agora na jovem Sociedade das Nações...

Os grandes sindicatos internacionais podem contribuir muito para acelerar a reconstrução económica da Europa; por exemplo,

os do ferro e da potassa, constituídos por entidades alemãs e francesas, têm trabalhado com mais proveito em prol da amizade franco-alemã do que todos os políticos por mais bem intencionados que eles sejam.

É urgente que outros ramos da produção constituam igualmente esses sindicatos pois que, além das vantagens que individualmente originam, redundavam em benefício deste velho Continente e apressavam materialmente o seu revigoramento tão desejado e tão preciso para o bem estar da Humanidade.

São, repito, estas minhas palavras ligeiras e despretenciosas o resumo de uma apreciação a "grosso modo", de uma situação que todos os produtos coloniais encontram, sujeitos—como não podia deixar de ser—às leis da economia mundial.

No produto de que, a seguir, vamos tratar, comprova-se que o desvio do centro da gravidade da oferta e da procura se mantém

A borracha

É o produto da coagulação do latex de certas plantas (árvores, arbustos, trepadeiras) sendo as mais conhecidas a *hevea brasiliensis*, *landolphia owariensis* e *kirki*, maniolte, castilha, etc.

É uma matéria possuindo propriedades extraordinárias que só muito dificilmente se poderiam encontrar em qualquer outro produto natural ou artificial.

As suas principais qualidades são a resistência mecânica, aliada a uma grande elasticidade que excede, em muito, a de todos os corpos conhecidos até hoje.

Tendo sido de começo aplicada no fabrico de impermeáveis é, contudo, aos automóveis, bicicletas e cabos submarinos que deve o seu grande desenvolvimento.

Antes desta época, eram as florestas do Brasil e África Equatorial que forneciam a borracha, de qualidades diversas, tendo sido sempre as melhores as do Pará (*hevea*).

A sua maior aplicação e o preço cada vez mais alto levaram alguns países a tentar a aclimação da *Hevea brasiliensis* nas suas colónias do Oriente onde a mão d'obra era excessivamente barata.

E, assim, se fazem as primeiras plantações em Ceilão, Malásia Britânica e Índias Neerlandesas sendo, hoje, estas regiões as maiores produtoras de borracha.

O Brasil foi durante muito tempo o seu principal produtor, numa percentagem que chegou até 88 % da produção total e que hoje não passa, de 3,3 %.

Pelo contrário, a borracha de plantação que em 1898 era representada por 1 tona alcançou já 95 % da produção mundial.

A que se deve esta troca de posições?

O Brasil, adotando a política de restrição da produção, conseguiu manter o preço alto da borracha mas deu o primeiro golpe na sua posição de principal produtor.

Além disto, a alta excepcional de 1910—£ 0.19.0 por 1 kg.,—devida ao crescimento intenso do consumo, estimulado pelo desenvolvimento da indústria dos automóveis, tornou a borracha exportânea insuficiente para as necessidades.

É assim que as plantações, em começo—8.500 toneladas,—entram em intensa e progressiva produção, numa cadência um pouco maior do que a do consumo.

Esta foi mesmo passada durante a crise de 1920-22 em que o preço da borracha foi de £ 0.2.0 por 1 kg.

Em 1920, a formação de *stocks* de produção ocasionou a baixa dos preços, o que bastante alarmou os mercados e produtores.

Lançada a ideia de uma restrição voluntária na produção, com a qual nem todos os países concordaram, a produção diminuiu.

É o governo inglês que adota o célebre plano Stevenson—restringindo a produção de borracha nas suas colónias.

Deu, é certo, como resultado a subida do preço, numa proporção considerável—com especulações financeiras gigantescas,—

Escola Superior Colonial

Exames finais

TENDO terminado os exames finais do ano lectivo de 1930-1931, neste importante e útil estabelecimento de Ensino Superior, do nosso País, que funciona no edificio da Sociedade de Geografia, sob a dependência e inspecção do Ministério das Colónias, transcrevemos a seguir os resultados desses exames nos quatro anos de que se compõe o Curso Superior Colonial professado nesta Escola e que habilita para todas as funções civis e militares das Colónias e do Ministério das Colónias:

Transitaram do 1.º para o 2.º ano, os Senhores: Brito e Cunha, Ezequiel de Sousa, Pereira Caixinha, Condorcet da Costa, Carlos Marques, Pires Velozo, Costa Rito, Silva Leal, Rebeca Júnior, Vieira Miguens, Monteiro Júnior, Leal Dias, Cícero Solheiro, Correia Farinhote, Pinto Garcia, Arrobas Ferro, Cruz e Santos, Ferreira Gonçalves, Simão de Barros, Castilho Duarte, Falcão Aranha e Gualter Calheiros.

Transitaram do 2.º para o 3.º ano, os Senhores: Alberto Coimbra, Fernandes de Oliveira, Rebordão Correia, Costa Alves, Reis Rumina, Antunes Cabrita, Tórreres de Sousa, Farto Leone, Santos Lima, Carmona e Silva, Franco Ferreira, Assunção Machado, Guilherme Rodrigues, Gama da França, Barbosa Vicente, Costa Júnior, José Maria de Sousa, Garcez de Lencastre, Mário Neves, Costa Guimarães e Martins Gomes.

Transitaram do 3.º para o 4.º ano, os Senhores: Baptista de Sousa, Simões da Mota, Dentes Júnior, Gomes Rascão, Rosa Alpedrinha, Virgílio Rebordão, Marques Pereira Júnior, Sotto Mayor, João Maria da Conceição, Marcelo Matias e Vasco Martins.

Concluíram o «Curso Superior Colonial», os Senhores: Costa Figueira, Alves de Azevedo, Nascimento Moura, José Ribeiro da Cruz, Fonseca Ferreira, José da Silva, Santos Nobre, Norberto Murias e Benard Guedes.

Concluíram igualmente o Curso de Correios e Telégrafos Coloniais, os Senhores: Américo Valente, Augusto Gordinho e Tomaz Ferreira.

A exposição de Elizabethville

A Associação Comercial de Benguela, sem dúvida a que entre as suas congéneres na Colónia tem um passado mais brilhante de iniciativas e de serviços prestados a Angola, acaba de prestar mais um importantíssimo serviço, arcando com a responsabilidade da representação de Angola em Elizabethville e cobrindo assim a falta irreparável que seria a nossa ausência no importante certamen congolez.

Não poudé a nossa representação ter o brilho que era de esperar se as circunstâncias orçamentais de Angola permitissem um maior concurso por parte do Governo da Colónia, mas é honesta, digna — e é essa mais uma razão para felicitar a Associação Comercial de Benguela que apenas dispôs dum mês escasso para a organização.

É notável a representação dos serviços pecuários de Angola — os únicos serviços oficiais que concorreram — e que figuram na exposição com um mostruário magnífico da Estação Zootécnica do Sul, ao qual foram juntos pela Direcção dos Serviços de Pecuária, alguns gráficos e mapas estatísticos da organização e riqueza pecuária da Colónia.

Este mostruário para o qual a Estação Zootécnica concorreu com mais de 95% dos elementos constituiu um novo triunfo para o sr. Dr. Abel Pratas, o director da Estação e — podemos dizê-lo — o criador inscansável e inteligente de tantas coisas boas que lá se tem feito.

mas não deve ser esquecido que este plano coincide com o aparecimento dos *pneus ballon*.

A supressão deste plano em Novembro de 1928, motivada pela abstenção quasi total dos plantadores neerlandezes, a ameaça do principal consumidor, os Estados Unidos, e o receio da concorrência de outros países que começavam a organizar-se, levou a borracha a um preço excepcionalmente baixo, inferior ao de antes da guerra de 1914.

Assistimos, assim, a duas restrições — a do Brasil e a da Inglaterra — que só deram prejuizos a estes países e benefícios aos que as não seguiram.

Na primeira, deu como resultado o desenvolvimento e predomínio da borracha de plantação; na segunda, o aumento de exportação pelo grupo holandês e a formação de um sindicato americano que foi crear plantações no Oriente.

Vê-se bem que não é na restrição — pelo menos parcial — que se encontra a chave deste problema.

Continua no próximo número

O Contracto do Estado com o Banco de Portugal

Parecer elaborado pela Comissão eleita na Assembleia Geral extraordinária e de que foi relator o sr. dr. Francisco José Vieira Machado.

Os decretos de estabilisação da moeda e da reforma do contracto e dos estatutos do Banco de Portugal tem para todo o país uma importância transcendente. Pode dizer-se afoitamente que não há na nossa história financeira deste século medidas de maior importância e alcance: São ao mesmo tempo o termo final duma política de resurgimento financeiro e o ponto de partida para uma ordem nova.

O interesse destas medidas excede em muito apenas o da Motrópole — estende-se à economia e ao futuro de todo o Império — razão porque não o deixamos passar sem esta curta referência na Portugal Colonial.

Sobre os decretos em questão elaborou o sr. dr. Francisco Machado, como relator da Comissão eleita pela Assembleia Geral Extraordinária de 23 de Junho último, um parecer que o Banco de Portugal editou e que acabamos de receber.

Em três dias apenas — que tanto foi o tempo de que dispoz para redigir o seu parecer — realizou o nosso ilustre colaborador um trabalho notavel de análise que é a melhor e mais rica contribuição até agora fornecida para o estudo das medidas decretadas pelo sr. Ministro das Finanças. É preciso dispôr realmente duma sólida cultura económica e financeira e duma experiência segura para elaborar um trabalho tão completo em tão curto espaço de tempo.

O trabalho do sr. dr. Francisco Machado compreende duas partes: a primeira diz respeito às bases anexas ao decreto n.º 19.870 de 9 de Junho de 1931 e a segunda estuda os novos estatutos, concluindo por aconselhar a aprovação tanto dumas como doutras, com ligeiras modificações.

Numa exposição claríssima e admiravelmente deduzida são analisadas, sucessivamente, as questões referentes ao praso de concessão, capital do Banco, valorisação do activo, fundos de reserva, débito do Estado ao Banco, liquidabilidade do Banco, circulação e sua garantia, convertibilidade, conta corrente com o Estado, ganhos e perdas, Administração do Banco, liquidação do Banco, as possíveis questões com o Estado e, finalmente, o teor do projecto.

Assinalando aos nossos coloniais este precioso elemento de estudo duma questão que certamente os interessa, queremos salientar também o facto que o trabalho do sr. dr. Francisco Machado acaba de confirmar: O da existência de valores novos de sólida competência numa geração que ainda tem a cumprir a grande missão de renovar a mentalidade e a alma desta terra.

DA IMPRENSA TRANSA

IMPRENSA
ESTRAN-
GEIRA

selha fez em 1922, quantas vezes não ouvimos dizer: "É a Paris que é preciso agora conduzir as colónias! Para as instalar no seu lugar no congresso multicôr da família, para glorificar dignamente aqueles que no las deram e os que as conservaram não há, verdadeiramente, senão Paris!

Depositaría de poderes da Nação e juiz supremo, Paris é também um lugar de atracção cheio de tentações. Fazei uma grande exposição colonial em Paris e ela será um triunfo!

Se a constância dum voto bastasse para lhe assegurar a realização, há muito tempo que nós teríamos tido a nossa Exposição Colonial! Mas o nobre projecto ao passar da meditação duma elite, para o desígnio dos dirigentes e para o coração dum povo inteiro, apresentou uma forma de execução particularmente delicada.

Era preciso, antes de mais nada, e não era fácil, descobrir um lugar próprio. Encontrou-se: Vincennes onde as árvores, as pedras e a água fazem hoje uma tão bela aliança.

Mas era preciso também, para levar a empresa a bom termo, e preservá-la das emboscadas dos êxitos medíocres, um homem de acção, lúcido, forte — uma espécie de comandante em chefe — que suportasse corajosamente o fardo, e que este pae da Exposição, este bom servidor da Pátria, tivesse um nome entusiasticamente aclamado, um nome que aproveitasse à própria obra e mantivesse até ao fim a coesão das boas vontades: Foi então que Lyantey, que nunca recusou nada à França pôs sobre os ombros um peso que só a preocupação do bem público poderia tornar ligeiro.

Emfim, depois dum trabalho que excedeu as definições e as previsões, eis, finalmente, alumando a noute de 6 de Maio, a tão almejada aurora! Mais do que nunca cercado pelo respeito e pela afeição dos seus concidadãos, o Presidente da República procedeu à inauguração da Exposição Colonial Internacional de Paris. Conhecendo bem as nossas distantes filiais ele sabe que elas representam no nosso activo, o vigor e os recursos, e sabe também que

DEPOIS da experiência, aliás triunfante, que Mar-

para construir de novo, mais sólida e seguramente, sobre as ruínas do Império Colonial de 1815, a França teve que caminhar longa e duramente sobre as vias da descoberta. O gesto oficial do Chefe de Estado associa pois o presente ao passado e publica solenemente a sua colaboração.

Honra aos pioneiros, aos fundadores, aos mártires! Honra aos soldados e aos marinheiros, êsses obreiros da aquisição, aos colonos e aos administradores, êsses conservadores do domínio! A sua obra resplende hoje, na sua força e na sua graça, no seu profundo significado. Tenhamos para todos, vivos e mortos, um minuto de pensamento!

Depois disto disponhamos sem nos apressar dum semestre de maravilhas. Sim, de maravilhas. E se me censurarem os meus superlativos eu pedirei que adiem as críticas até à primeira experiência.

Vêde antes de mais nada: O universo, por vossa causa, junta-se em cento e cinquenta hectares... As longitudes comprimem-se, as latitudes já não tem largura. Deante de vós, as raças, os costumes os climas, a ingenuidade das povoações e a destreza dos civilizados, o marmore, a terra batida e o colmo! O antigo e o actual nas cinco partes do mundo!

Porque, ao lado das nossas possessões de além-mar agruparam-se a dos países estrangeiros, cuja participação nos honra e dá prazer: Da Holanda, Java, Sumatra, Bornéu — as três grandes pérolas do colar real; da Bélgica, o Congo a sua glória; de Portugal que sabe fazer outras cousas além de revoluções, Angola a sua colónia modelo e o seu primeiro prémio de beleza. E esta enumeração não é limitativa, pois compreende a Erythrée italiana e a Groenlandia dinamarqueza.

Que cada um siga pois à sua vontade. As iniciações serão faceis e as reminiscências surgirão a cada passo. A nova cidade abrindo as suas portas é para ti, visitante, a grade viagem que Baudelaire recomendava ao escrever o seu famoso verso: "Nós queremos navegar sem vapor e sem velas".

JEAN LA VEYRIN

Exposição

Transcrito do jornal

"L'Appel français"

de 15 de Maio de 1931

Moçambique



Inhaminga

Estação do Caminho de Ferro Transzambezião

COLONIAL CREVE-SE

IMPRENSA
PORTU-
GUESA

MUITO ou pouco que seja o tempo que a Ditadura tem ainda diante de si deve ser empregado em obras de vulto, que fiquem para atestar a sua passagem pelo Poder e, ao mesmo tempo, constituam um bloco perante cuja indestruibilidade os seus herdeiros forçados tenham que hesitar — e parar. Sem estar isenta de defeitos (os especialistas que digam quais são êsses êrros, se podem encontrá-los!) a obra do Ministro das Finanças deve fazer pensar três vezes o futuro Ministro que pretenda desfazê-la. Estamos, pois, convencidos de que nenhum *sub* ou *super* Salazar terá a veledade de a querer destruir sem lançar de novo a ruína nas finanças públicas e sem justificar um novo 28 de Maio. A obra de reconstrução da nossa pobre marinha de guerra, também nenhum futuro *estadista* do passado poderá desfazer, até pela simples razão de que teria contra si, automaticamente, a animosidade da marinha. E estas foram as duas primeiras obras fundamentais da Ditadura. Finanças públicas, marinha de guerra... O Ministro das Colónias acaba de lançar, com a solução do problema

de transferências de Angola, os alicerces da terceira. E a terceira obra fundamental da Ditadura deverá ser, pela própria força das circunstâncias, o esboço — se for impossível a sua realização no curto espaço de tempo que a Ditadura a si própria se atribui para viver — de uma economia imperial, melhor dizendo, uma política económica nitidamente imperial.

Estamos convencidos de que a ideia de que Portugal é um vasto Império, e não um país pequeno, está fazendo o seu caminho. A Exposição Colonial que se está preparando no Porto fará dar, sem dúvida, um grande passo a essa ideia. Dentro de poucos anos, pois, os portugueses, se nisso forem auxiliados por aqueles jornais que de tantas colunas dispõem para o relato de crimes passionais ou para polémicas de café, estarão penetrados de que Portugal é ainda um grande Império e de que toda a sua política, tanto interna como externa, deve ser orientada num sentido imperial. É preciso, porém, que o Governo entre nitidamente nesse caminho. E o momento é mais do que nunca oportuno para isso, visto que temos um problema económico a resolver, e esse problema não terá solução se nele não entrar, como um dos seus factores fundamentais, a existência duma economia colonial.

Já o dissemos nestas colunas, e repetimo-l-o sem receio de cair no lugar comum: a economia colonial e a economia metropolitana não são mais do que dois aspectos da mesma economia imperial portuguesa. É preciso que as colónias portuguesas se convertam no melhor mercado para a produção metropolitana; é preciso, por outro lado, como contra partida, que o Entrepasto Colonial deixe de ser um pequeno caes de algumas dezenas de metros à borda do Tejo, para ser Lisboa, para ser a capital e cabeça do Império português. Se é necessário que o mercado colonial seja largamente aberto à produção nacional, como meio de nacionalização intensiva das colónias e solução do problema do trabalho na metrópole, é preciso igualmente que a exportação das colónias venha a Lisboa, que Lisboa ocupe de novo a situação de Entrepasto de que disfrutou largamente no tempo da Conquista e da Navegação, e depois perdeu, com a perda do nosso poderio, em benefício d'outros portos da Europa.

Mas este problema não é ainda, por si, mais do que um dos aspectos da economia imperial portuguesa. Temos que cuidar seriamente da produção nacional, aproveitando todas as fontes de riqueza que nos dispensem duma sangria de ouro anual em benefício do estrangeiro. Quantos milhares de contos não pouparíamos anualmente em carvão, se o problema hydro-eléctrico fosse resolvido? Quantas indústrias não poderiam desenvolver-se, quantas não poderiam criar-se que, ou se limitariam a abastecer o mercado interno e evitariam uma drenagem de ouro para o estrangeiro, ou poderiam concorrer nos mercados externos, e traziam ouro para o país?

Proteccionismo? Livre-cambismo? Em nosso entender, estas expressões correspondem a dois sistemas rígidos que não podem ser aceites integralmente pela nossa economia. Nem podemos ser proteccionistas para fazer viver artificialmente, apenas com o balão de oxigénio das Pautas, indústrias sem raízes nem condições económicas normais para se desenvolverem e prosperarem, nem podemos aceitar o livre-cambismo (já hoje combatido na sua própria pátria a Inglaterra) em prejuizo do trabalho nacional. O vinho do Porto, as conservas e as cortiças, mesmo juntando-lhe o *apport* das oleaginosas e produtos agrícolas das colónias, não bastam certamente para compensar e contrabalançar o ouro que anualmente dispendemos na compra ao estrangeiro de tudo quanto necessitamos para comer e vestir. A solução será, pois, adoptarmos alternadamente um e outro sistema, segundo as conveniências particulares da nossa produção e do nosso mercado, do mercado productor e do mercado consumidor.

Já vimos algures a observação de que não faz sentido comprarmos milhares de contos de automóveis à América, quando a América não deixa entrar nos seus territórios uma garrafa de vinho do Porto. A observação é justa, pelo menos em principio, e justifica a necessidade de que temos, cada vez maior, para benefício da nossa produção e para equilíbrio da balança comercial, de entrarmos numa séria política de tratados de comércio, regulando as importações de cada país em conformidade com as nossas exportações para os mesmos países. A função do comércio é trocar; se nos querem vender o que lá têm, comprem-nos ao mesmo tempo do que nós cá temos...

Para a boa execução deste plano tornar-se necessário. 1) criar um Conselho Económico Nacional, que poderia ser constituído automaticamente, dentro do governo pelos Ministros das Finanças, das Colónias, da Agricultura e do Comércio; ou, então, talvez fosse preferível a criação da pasta da Economia Nacional, acumulando o respectivo Ministro as suas funções com as de sub secretário do Estado de cada uma das pastas atrás indicadas; 2) a organização imediata dum Inquérito industrial, que fosse verificar atenta e conscienciosamente das condições económicas em que vive cada uma das nossas indústrias, dos tecidos às conservas, das cortiças aos minérios, que procurasse saber exactamente quais as necessidades, os desejos e as possibilidades de cada uma dessas indústrias. Um estudo paralelo deveria ser feito nas colónias, para se saber exactamente o que as colónias a Metrópole, e quais os objectos de consumo que lhe poderiam ser fornecidos, em boas condições económicas, pela Metrópole.

Parece-nos esta a obra que a Ditadura deverá iniciar sem perda de tempo, agora que a situação financeira do país, se não é rica nem desafogada, é pelo menos clara e se encontra equilibrada. Realizada esta tarefa, entrar-se-hia no caminho da solução do problema do desemprego, pelo aumento da produção nacional, ao mesmo tempo que o Ministro dos Negócios Estrangeiros entraria em negociações para a expansão dos produtos portugueses nos mercados externos.

Sonho? Ilusão? Julgamos não ter ultrapassado a meta do bom senso e das realidades económicas de todos os dias. As pessoas competentes, os organismos económicos, o próprio governo, dirão até que ponto temos razão e até que ponto nos enganamos.

AUGUSTO DA COSTA

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês A POLÍTICA E AS COLÓNIAS

DISPONDO do auxílio poderoso que a depressão económica mundial lhe confere, está invadindo as colónias uma onda de baixa política que é preciso deter quanto antes. Os países novos já têm, naturalmente, como fatalidades próprias da sua mocidade, os seus defeitos. Nada mais perigoso que juntar a esses defeitos que as suas qualidades próprias compensam, os defeitos dos países velhos—os piores!—sem as suas qualidades compensadoras.

A baixa política da intriga, da conspiração, dos grupos, é a dispersão, o amolecimento e a corrupção de todas as energias vitais que um país novo não pode dispensar. Evitá-la a todo o transe é mais que um dever de quem governa—é uma acção elementar de patriotismo.

Temos que lembrar-nos que nas colónias as sociedades são incipientes e que para formá-las há que eliminar cuidadosamente, no princípio sobretudo, todos os elementos corruptos contrários ao seu crescimento.

Ora acontece que a intriga política, os ódios de clientelas e todo o restante cortejo desta velha doença social, são muitas vezes provocados, muito mais por quem governa do que por quem é governado, alimentando-os, conduzindo-os, ateando-os imprudentemente.

É mesmo de elementar observação o facto de se lançarem na perseguição política aqueles que não têm competência para outra função mais alta, mais produtiva e mais nobre. A intriga oferece sempre meios fáceis de exhibir serviços que as obras construtivas só permitem aos competentes.

É de observar também que não são os governadores que têm mais política e mais nervosismo político, mas sim os que constroem mais estradas e se preocupam essencialmente com os grandes problemas das suas regiões, os que conservam estas em melhor tranquilidade e boa paz.

Daqui resulta que há realmente uma maneira de eliminar a intriga política das Colónias e afastá-la do rumo figurino que na Metrópole só conduziu a desordens e a revoluções sangrentas: É o exemplo no trabalho construtivo—é, sobretudo, o firme propósito de não alimentar o que, sem um alimento de cima, nas Colónias, fatalmente está condenado a morrer de fome.

É para tanto basta escolher gente competente. Porque esta em geral não tem tempo nem feição para alimentar intrigas.

H. G.

Notas do mês

O nosso suplemento ao n.º 4 e o orçamento de Angola

Foi a *Portugal Colonial* quem deu em primeira mão, em suplemento ao n.º 4 do mês anterior, o primeiro resumo do orçamento equilibrado de Angola para 1931-32. Na mesma ocasião demos ao acontecimento o relêvo que incontestavelmente tem. O equilíbrio do orçamento de Angola—o documento fundamental da sua administração—nas condições em que foi previsto, na sua técnica perfeita e no espírito que o orientou, é realmente uma medida merecedora de chamar a atenção e o interesse, não só de todos os coloniais, mas de todos os portugueses.

Parece não o ter entendido assim uma parte da grande imprensa—essa imprensa dum grande país colonial, que tem páginas semanais da *Mulher*, do *Cinema*, das *Elegâncias*, mas que ainda não conseguiu manter uma Secção Colonial—pois não se referiu ao assunto, preferindo-lhe biografias de criminosos.

Transcreveu *A Voz* o nosso resumo (sem citar a origem) e o *Jornal do Comércio e das Colónias* que não viu motivo para não declarar lealmente que a informação lhe provinha do nosso suplemento. Todos os demais jornais, incluindo o órgão da Ditadura, ou não fizeram referências de espécie alguma ou passaram tão leve-mente sobre o assunto que nenhum dos seus leitores deu, decerto, por ele.

O facto não nos surpreende. É assim que as cousas estão organizadas na nossa terra. Mas nem por isso queremos deixar de aqui manifestar o quasi isolamento em que nos encontramos ao lançar uma notícia de interesse nacional.

Uma conferência com o Senhor Ministro das Colónias

No passado dia 12 do corrente uma comissão de alunos da Escola Superior Colonial, formada pelo Presidente da Associação Académica Sr. Tenente-Coronel Garcez de Lencastre e pelos Srs. Drs. Sousa Lima e J. Fonseca Ferreira, foi recebida por Sua Ex.ª o Sr. Ministro das Colónias a quem foram agradecer o despacho a que anteriormente fazemos referência e, bem assim, sollicitar o cumprimento do artigo 22.º do decreto com força de lei 12.539 que determina que trimestralmente os governos coloniais publiquem nos respectivos Boletins Officiais uma nota dos lugares administrativos vagos. Sua Ex.ª que se conservou conversando com a comissão cerca de uma hora, prometeu interessar-se pelo pedido feito, deixando-a convicta de que finalmente se passará a cumprir o que a Lei determina.

Sabemos que os alunos da Escola Superior Colonial estão sumamente gratos a Sua Ex.ª pela forma como tem sido resolvidos os seus justos pedidos.

► Sabemos que Sua Ex.ª o Ministro das Colónias se encontra na disposição de não permitir, de futuro, a nomeação de Administradores ou Secretários de Circunscrição, interinos, sempre que essas vagas tenham sido requeridas por diplomados com o Curso

Superior Colonial. Igualmente nos informam que quanto à viagem de estudo à Exposição Colonial Internacional de Paris brevemente se farão as necessárias *démarches* para a sua realização.

Curso Superior Colonial

Tendo-se suscitado dúvidas por parte do Senhor Governador Geral de Moçambique quanto à aplicação do artigo 15.º e seu § 1.º do decreto com força de lei n.º 12.539 de 5 de Outubro de 1926 que estabelece que determinados cargos administrativos coloniais só podem ser preenchidos por diplomados com o Curso Superior Colonial, Sua Ex.^a o Senhor Ministro das Colónias mandou ouvir sobre este assunto o Conselho Superior das Colónias que, num bem fundamentado parecer, foi de opinião que em virtude do referido artigo e seu parágrafo do decreto citado a «partir da publicação do Estatuto da Escola Superior Colonial, a Lei passou, naqueles casos, a ter duas exigências — a do Curso Superior Colonial e, além desta, a dos outros Cursos ou habilitações, que já eram feitas anteriormente e que a Lei estatutária da Escola confirmou».

«... e que as nomeações do pessoal do Quadro Administrativo da Colónia não podem, desde 1-10-1930, ser feitas senão nos termos do artigo 15.º e seu § 1.º do Estatuto referido. Os cargos indicados no artigo 15.º do Estatuto não podem ser providos nem nos termos da Portaria 1001 de 23-11-1929 que se encontra revogada, nem nos termos do Código Administrativo da Colónia que expressamente consigna no seu artigo 57.º que as condições que ali se estabelecem para o provimento de lugares administrativos vigiarão apenas enquanto o artigo 15.º do mesmo Estatuto não entrasse em vigor».

Pelo mesmo parecer apenas ficaram ressalvados os direitos dos funcionários administrativos das colónias nomeados anteriormente à publicação do Estatuto, em virtude de no § 1.º do artigo 15.º se empregar a expressão *actuais funcionários*. Os funcionários nomeados posteriormente já o foram com conhecimento pleno da existência daquela disposição legal.

Sua Ex.^a o Ministro das Colónias por despacho respectivo concordou com o parecer do Conselho Superior das Colónias, o qual foi já comunicado ao Senhor Governador Geral de Moçambique.

Os congressos na Exposição Colonial de Paris

É o seguinte o calendário dos congressos na Exposição Colonial de Paris:

- 5 e 6 de Julho — Imprensa Colonial;
- 16 a 20 de Julho — Plantas medicinais e odoríferas;
- 30 de Julho a 2 de Agosto — Medicina;
- 14 a 16 de Agosto — Geómetros coloniais;
- 17 a 19 de Agosto — História Colonial;
- 21 de Agosto — Carbonização industrial da madeira;
- 25 e 26 de Agosto — Automobilismo Colonial.

Lobito e o Caminho de Ferro de Benguela

A inauguração do Caminho de Ferro de Benguela Lobito-Elizabethville realizou-se no dia 4 do corrente mês.

Monsieur Jadot, Carton de Wiart e outras entidades oficiais importantes, assistiram a um banquete em comemoração de tão importante acontecimento na história do progresso da África Central.

Até ao presente, as exportações de minério de Katanga tiveram como escoadouro principal o pórtio da Beira passando pela Rodésia e o total dos fretes pagos até à data foi de £ 14.000.000. As comunicações do Caminho de Ferro entre Katanga e a Beira datam de 1910. Estamos convencidos de que será agora que o pórtio e a cidade de Lobito começarão a desenvolver-se com extraordinária rapidez, sendo interessante notar que, presentemente, já fazem escala por esse pórtio as seguintes companhias de navegação:

Woerman Linie, Lloyd Royal Belge, Liberia Triestina, The Union Castle, Companhia Nacional de Navegação, Companhia Colonial de Navegação, Elder Dempston Line, America West Africa Line.

Embarcaram há alguns dias no Lobito as primeiras com toneladas de cobre procedentes de Katanga com destino à Elizabethville várias toneladas de malte e de garrafas vazias para a indústria da cerveja dos nossos vizinhos.

Na ocasião em que a imprensa estrangeira se refere com orgulho à maravilhosa cooperação existente entre os belgas e ingleses tendo por fim a valorização deste caminho de ferro, é interessante observar que no percurso de 1.300 quilómetros em território português, o caminho de ferro emprega como combustível a lenha

arrancada às nossas florestas, em detrimento do aspecto climatológico da região e, portanto, da sua agricultura.

Será lógico que do Tratado Luso-Belga de Loanda nenhuma vantagem advenha para o país provenientes do trânsito de mercadorias ricas do Lobito, quando acontece ser em prejuízo do país — que anualmente perde milhares de toneladas de madeira — que o transporte é feito em condições extremamente económicas para os capitalistas ingleses, que determinaram que Katanga tenha comunicação com o mar pelo pórtio do Lobito, como nos informa o *Times* no seu número de 1/7/931?

Diversas

O sr. Dr. Luiz Carriso, lente da Universidade de Coimbra pediu o auxílio do Governo para realizar uma missão científica e Angola, que será o estudo preliminar do congresso-excursão da fotografia que naquela colónia deverá efectuar-se em 1934.

➤ Já regressou parte da missão aérea delegada pelo Governo e pela Companhia Portuguesa de Aviação que foi a Angola e Moçambique estudar as futuras linhas comerciais e a construção de aeroportos. O aeroporto e as linhas aéreas deverão estar a funcionar logo que seja feita a expropriação dos terrenos indispensáveis e que tenham sido publicados, nos termos do contracto, os respectivos cadernos de encargo, bem como aprovados pelo Estado os projectos necessários.

➤ O Governo recebeu uma proposta da Alemanha para o estabelecimento dum serviço de encomendas postais em Angola, por intermédio de vapores que vão tocar no Lobito.

➤ Foi enviada para o *Diário do Governo* a lista dos exportadores de produtos coloniais estabelecidos nas possessões portuguesas, contendo um total de 1.091 exportadores, assim distribuídos: 441 de Angola, 357 de Moçambique, 54 da Guiné, 71 de Cabo Verde, 74 de S. Tomé, 52 da Índia, 30 de Macau e 12 de Timor. A referida lista constitui um dos elementos do catálogo de exportadores de Portugal que está sendo organizado pela Repartição de Fomento Comercial do Ministério do Comércio.

➤ O nosso consul em Trieste comunicou ao nosso Governo que vários italianos se foram oferecer àquela consulado para irem para as nossas colónias, a-fim-de serem empregados como guarda-livros, contabilistas, motoristas, pilotos aviadores, mecânicos, etc., perguntando se havia possibilidade de aí os empregar.

➤ Vão ser feitos brevemente os recenseamentos agrícolas das nossas colónias.

Cabo Verde

A Companhia dos cabos submarinos entregou à colónia, pelo trânsito dos cabogramas a quantia de 306.271\$10, referente ao 1.º trimestre do corrente ano.

➤ Os correios ingleses comunicaram ao Ministério das Colónias que passaram a expedir malas para Cabo Verde pelos paquetes da "Blue Star Line".

Guiné

O Governo alemão comunicou que ia transferir o seu consulado de Bissau para Bolama, capital da Guiné.

S. Tomé

Foi determinado que os telegramas para S. Tomé possam ser redigidos em linguagem comercial e não sujeitos a demora.

➤ Foram repatriados das roças de S. Tomé para Moçambique numerosos indígenas que terminaram os seus contractos.

Angola

O Governo de Angola já fixou as regras a que deve obedecer a entrada e residência de estrangeiros naquela Colónia.

➤ O Governo inglês propôs a permuta directa de encomendas postais entre aquele país e a colónia de Angola.

➤ O Governador Geral de Angola determinou que o intendente de Cabinda seja, simultaneamente, como superior autoridade civil daquela região, o administrador da respectiva circunscrição civil.

➤ Uma comissão de comerciantes de Angola, considerando a necessidade de unir os esforços das actividades da Colónia no sentido de estudar e adoptar as medidas mais adequadas para combater os efeitos da crise que desvalorizam os géneros coloniais, resolveu convidar todos os que em Lisboa representam essas actividades a agruparem-se dentro da Associação dos Comerciantes Angola, residentes na Metrópole.

➤ Foram aprovadas e mandadas pôr em execução as novas tarifas do Caminho de Ferro de Benguela.

► Pelo apuramento feito agora em Angola verificou-se que o número de contribuintes para o pagamento do imposto indígena é de 772.482. Foram isentos deste imposto 47.658. O recenseamento para o serviço militar dá 69.245 mancebos de 18 a 23 anos; 64.922 de 26 a 30 anos. Para o recrutamento de trabalhadores a salário de 14 a 18 anos é de 82.348; de 18 a 40 anos, 404.910 e de 40 a 60 anos, 153.782.

Moçambique

Vão ser reorganizados os serviços dos portos e caminhos de ferro da colónia de Moçambique, passando estes serviços a ser autónomos.

► Vae ser regulada a entrada e permanência de emigrantes nacionais e estrangeiros na colónia de Moçambique. Outros governos das nossas colónias vão pôr em vigor idêntico regulamento.

► Foi determinado que aos funcionários militares e civis da colónia de Moçambique que, como se sabe, recebem em ouro, sejam pagos os abonos respectivos ao câmbio que vigorar no dia 20 de cada mês.

► Está para breve o início da construção do caminho de ferro do Limpopo, pois já estão concluídos e entregues os respectivos projectos que foram elaborados sob a direcção do engenheiro Amável Granger, actual director de Obras Públicas na Colónia.

Índia

O Governo geral da Índia propôs a criação de granjas móveis agrícolas naquela colónia. Cada uma das granjas ficará a cargo dum regente agrícola, diplomado em agricultura, que será contratado por dois anos, com o vencimento mensal de 250 rupias e ao qual incumbe ensinar os princípios que regulam as práticas agrícolas e a conveniência e a necessidade de se adoptarem os métodos racionais de cultura.

Macau

Foi mandado ouvir o Conselho Superior das Colónias acerca da proposta e do telegrama enviados pelo actual governador de Macau, para que seja concedida uma subvenção ao funcionalismo militar e civil da Colónia que está lutando com enormes dificuldades, devido à carestia da vida.

► Os serviços policiais e judiciais de Macau vão ser reorganizados de forma a melhorá-los com economia para o Tesouro.

Colónias e protectores estrangeiros

Território do Tanganyika

I — **Relações internacionais:** — Ao examinar o relatório referente ao último ano, o representante do Governo de Tanganyika notou o facto do governo não ter aderido nem à Convenção sobre o tratamento de mulheres e crianças, nem à Convenção referente à conservação da caça. Sobre a primeira, o Governo Britânico resolveu que a adopção da Convenção não era necessária porque nenhum tráfico deste género existia no território. Quanto à segunda, nenhuma Convenção deste género foi apresentada ao Governo do Tanganyika no decorrer do ano.

II — **Administração Geral.** *Administração indígena:* — Um chefe indígena importante do distrito de Tabora apoderou-se indevidamente da importância de £ 10.062 relativa ao produto da cobrança do imposto denominado "Hut and Poll Tax". É interessante constatar que depois da adopção em 1925 do regime indirecto, até Março de 1929, a administração indígena cobrou cerca de £ 2.000.000 da Hut and Poll Tax, ao passo que os desvios devidos a fraudes na cobrança e roubo foram apenas de cerca de £ 967. É pois aquele o primeiro grande desvio depois da adopção deste regime por parte do Governo.

Tribunais indígenas. Uma nova ordenança sobre estes tribunais foi promulgada em 1929. Ela submeteu estes tribunais ao controle da Relação e colocou-os directamente debaixo da acção dos funcionários administrativos.

Luta contra a Tsé-Tsé. A limpeza das florestas tendente a destruir a tsé-tsé continua. No distrito de Shinyanga calcula-se que 64 milhas quadradas foram limpas completamente, e 77 milhas parcialmente, sem contar com as 24 milhas quadradas limpas em 1929. Nos distritos de Maswa e de Kwimba foram limpas cerca de 34 milhas quadradas.

Luta contra os gafanhotos. A administração indígena empregou toda a sua actividade e inercia na luta contra os gafanhotos.

Exposição do Tanganyika. Uma comissão foi nomeada para estudar e preparar uma exposição comercial e agrícola em Dar-es-Salaam.

Protecção à caça. Vendo a questão sob o ponto de vista do interesse geral, o Governo do Tanganyika, é de opinião que a caça e o desenvolvimento da população são incompatíveis e que a conservação das espécies indígenas não deve entrar em conflito com o desenvolvimento económico do território; que se a colonização e a cultura são necessárias ao desenvolvimento do Tanganyika, a conservação da caça não deve ser um tema seguido duma forma rigorosa e absoluta em todo o território mas sim devem-se estabelecer *reservas territoriais* onde as espécies indígenas sejam suficientemente protegidas e conservadas.

Estudo da mosca do sono. Foi em Abril de 1929 confiado a uma repartição especial com a sua sede em Kondsa Irangi.

III — **Finanças Públicas:** — As receitas do ano que findou em 31 de Março de 1929 foram de £ 1.972.858, ou sejam mais £ 146.208 que o montante previsto das receitas para esse ano. A receita líquida do caminho de ferro elevou-se a £ 94.221. As despesas ordinárias foram de £ 1.656.085 contra £ 1.520.390 no ano antecedente, o que representa um aumento de despesas de £ 135.695. A trabalhos públicos extraordinários foram destinadas £ 216.922.

IV — **Comércio:** — O Quadro seguinte mostra-nos o desenvolvimento comercial do território nos últimos anos:

	1925	1926	1927	1928	1929
	£	£	£	£	£
Importações	2.863.917	3.152.422	3.672.064	3.737.358	4.285.952
Exportações	3.007.879	3.129.292	3.440.576	4.050.594	3.988.565
Trânsito....	1.355.602	1.425.045	1.493.010	2.061.078	2.531.205
Total geral.	7.227.398	7.704.659	8.605.650	9.849.030	10.805.522

Trânsito. O valor do comércio de importação em trânsito pelo caminho de ferro Central para o Congo Belga, para os territórios belgas ocupados e para a Rhodésia do Norte foi o seguinte:

	1927	1928	1929
	£	£	£
	439.394	626.200	720.317

As exportações em trânsito ultrapassaram £ 1.810.888. As exportações de cobre aumentaram £ 339.299.

Reexportações. Passaram de £ 177.071 para £ 265.536.

V — **Justiça e Legislação:** — O número de indivíduos do sexo masculino condenados estes últimos anos foi o seguinte:

	1925	1926	1927	1928	1929
	5.086	4.963	4.982	4.668	5.148

VI — **Policia:** — As forças de policia actualmente compreendem 62 officiaes e sargentos europeus, 32 sub-inspectores asiáticos, 9 sub-inspectores africanos e 1.621 agentes de policia africanos, com um pessoal administrativo composto de 2 europeus, 31 asiáticos e 8 africanos. A fôrça africana deminuiu 9 unidades no último ano.

VII — **Trabalho:** — Os salários para os serviços não qualificados variam entre 6 a 12 shellings na parte sul do território, entre 20 a 30 shellings na costa e 16 a 24 no norte. O trabalho obrigatório para os serviços do Governo limitou-se este ano ao serviço de carregadores nalguns distritos. Foi grande a redução havida em todos os departamentos no número de carregadores empregados, uma percentagem de 9 % a menos que no ano anterior.

VIII — **Ensino:** É o seguinte o número de escolas existentes e de alunos:

Escolas:	
Do governo.....	95 com 5.454 alunos
Missões protegidas pelo mesmo.....	183 " 10.445 "
Missões independentes.....	2.720 " 81.074 "

Número dos professores inscritos nos termos da *African Education Ordinance*:

a) Governo:	
1.º Grau	10
2.º Grau.....	140
Lista provisória.....	98

b) Missões:	
1.º Grau.....	17
2.º Grau.....	241
Lista provisória	1052

X — **Importação de bebidas alcoólicas.** Atingiu £ 39.991 a importação destas bebidas, especialmente importadas da Inglaterra, França, Alemanha, Portugal e Itália.

Estupefacientes. O controle do opio e dos seus derivados encontra-se assegurado pela *Dangerous Drugs Ordinance* promulgada com o fim de tornar efectiva nos territórios o cumprimento das disposições da Convenção sobre estupefacientes assinada em Genebra em 19 de Fevereiro de 1925.

XI — **Higiene pública.** A despesa aprovada este ano para os serviços médicos eleva-se a £ 223.010. O número de médicos e enfermeiros europeus é de 53; o número de assistentes e sub-assistentes cirúrgicos asiáticos elevou-se a 66. Além disso existem cerca de 31 médicos particulares. Subiu a cerca de 400.000 os doentes tratados nos hospitais durante o ano.

XII — **Terras e cadastros.** Foram concedidos 124.293 acres de novas terras. Ullimaram-se os levantamentos topográficos e delimitações referentes a 201 fazendas representado 117.492 acres.

XIII — **Florestas.** Três novas estações florestais foram creadas em Mufindi, Pugu e Kimboza.

XIV — **Minas.** A produção de ouro atingiu 10.536 onças; a exportação de diamantes elevou-se a £ 88.270 representado 23.300 carats; a produção de sal foi de 7.367 toneladas, o que representa um aumento de 50 % sobre o ano anterior.

Estudos Geológicos. 1.320 milhas quadradas foram exploradas sob o ponto de vista geológico; 636 milhas exploradas exclusivamente sob o ponto de vista topográfico e 1.000 milhas quadradas foram objecto de cálculos e de observações com o teodolito.

XV — **Agricultura e Zootécnia.** A colheita de algodão foi inferior em 3.500 fardos a do ano anterior. A exportação do café desceu para 8.857 toneladas; a da arachídia sofreu uma deminuição de 2.840 toneladas e a de copra uma deminuição de 1.398. A produção de cizal subiu para 45.728 toneladas o que representa um aumento de 9.542 toneladas sobre a colheita anterior, ou seja uma percentagem de 26 %.

Zootécnia No distrito de Arusha foram atacadas de peste bovina 176.000 cabeças de gado vacuum, tendo sido efectuadas 115.000 vacinações. Morreram 23.000 cabeças.

XVI — **População.** A população europeia atinge 5.778 habitantes, dos quais 3.250 homens, 1.535 mulheres, 508 crianças do sexo masculino e 425 do sexo feminino. Há cerca de 2.000 ingleses.

A população indígena atinge 4.740.706 habitantes, devido ao aumento que tem tido nos últimos anos.

Na Alemanha

Os meios coloniais alemães comemoraram com grande cópia de resumos históricos, reproduções de gravuras, etc., o aniversário do desembarque dos primeiros colonos alemães em 1681 em Friederichsburg.

Alcool de milho

Pensa-se na Rodésia Sul em criar a indústria de destilação do milho para a obtenção dum alcool praticamente puro (99,8 %).

Política Indígena

O sr. Moffat, primeiro Ministro da Rodésia do Sul, expôs em 13 de Maio último ao Parlamento da Colónia, as linhas gerais da política indígena seguida pelo Governo:

- 1.º Segregação quanto à propriedade do solo;
- 2.º Desenvolvimento das instituições indígenas de maneira a permitir aos indígenas emitirem a sua opinião sobre os problemas que lhes dizem respeito;
- 3.º Educação literária e técnica de maneira a permitir aos indígenas adquirirem uma cultura rudimentar;
- 4.º Desenvolvimento do cristianismo.

A crise económica das colónias francesas

As medidas tomadas para combater a crise económica visam sobretudo a redução dos direitos de saída sobre os produtos vegetais, a supressão ou diminuição de algumas taxas mais pesadas, o abaixamento dos fretes e tarifas ferro-viárias e, para algumas matérias primas, a concessão de prémios à produção ou à exportação. Também foram estabelecidos créditos aos agricultores atingidos pela crise.

As medidas tomadas são sensivelmente as mesmas que a Bélgica empregou, com esta única diferença: a França agravou ligeiramente os direitos de entrada sobre certos produtos como o algodão, borracha, café, etc., para poder fornecer às colónias subvenções extraordinárias.

Exposição Colonial

Em alguns dias da semana, sobretudo aos sábados, o número de visitantes à Exposição Colonial tem excedido 500.000.

Italianos em Angola

Segundo em telegrama de Génova, reuniram-se o mês passado os representantes da Indústria, Finanças e Comércio da Liguria, com o fim de estabelecerem e concluírem um plano de penetração comercial na África Ocidental, a fundação duma colónia agrícola em Angola e a formação de duas sociedades com largo capital.

Notícias dos Mercados

(Junho de 1931)

CAOUTCHOU — Mercado muito calmo com firme tendência de estabilização.

CACAU — Mercado muito calmo.

CAFÉ — Disposições favoráveis mas a situação é dominada pelo câmbio. Este tendo sofrido uma ligeira depreciação diminuiu as ofertas do Brasil que acusam uma baixa de 2%. As boas espécies africanas são ainda procuradas.

GERGELIM — Mercado calmo.

PALMISTAS — Inactivo.

OLEO DE PALMA — Depois de alguns dias de calma os vendedores ganham terreno.

ALGODÃO — Tendência para se estabilizar.

LIVROS

«Timor» e «O Rei de Timor» por Teófilo Duarte
«A vida agitada do marechal Gomes da Costa» compilação de Carlos Gomes da Costa

ESTES dois livros de Teófilo Duarte tem uma grande virtude, além doutras qualidades: São moços no mais nobre e elevado sentido do termo. São, por consequência, sinceros, expontâneos e sádios.

O primeiro é ao mesmo tempo uma monografia e um relatório de administração dessa colónia quasi misteriosa para nós e sobre qual tão pouco se tem escrito. O segundo é uma novela inspirada na individualidade inconfundível do grande Governador que foi Celestino da Silva. Temos, por consequência, uma obra essencialmente técnica e outra essencialmente literária.

Timor, que vai ficar nas estantes dos coloniais como a mais rica contribuição moderna para o conhecimento da mais distante das nossas colónias, revela da primeira à última página um raro entusiasmo profissional de Governador, uma vontade firme e decidida de governar — e esse "amor da Pátria", prático, eficiente e desempoeirado, tão difficil de encontrar na geração conselheiral e bafienta que nos precedeu.

É possível e é natural que a par das cousas boas que fez Teófilo Duarte, muito humanamente, tivesse cometido erros. Mas o que é incontestável é que um espirito superior de construção e de vontade viril de acerlar e ser útil ao seu Paiz, domina de muito alto toda a sua obra.

O Rei de Timor, tem de notável o mesmo espirito. Revivendo, amplificando, e fantasiando por vezes, um grande exemplo do Passado sugere aos homens do presente paisagens de nobreza e rija ténpera que hoje mais do que nunca são de aproveitar.

A lcrma literária do livro é talvez indefinida e apresenta-se, por vezes, fora da boa técnica e do melhor estilo. Mas a forma num livro desta natureza é tão secundária que preferimos encarrar apenas o que nele vale e merece a leitura de todos nós — a sua intenção, a sua essência.



O livro que Carlos Gomes da Costa editou sobre notas ainda desarrumadas do glorioso Marechal e que ele certamente não escreveu para virem a ser publicadas, aviva em todas as suas páginas uma saúde profunda por essa linda figura de soldado — das maiores que reza a nossa História Militar dos últimos cem anos.

Revivem-se nelas, além da acção militar das Colónias que nem todos os portugueses conhecem tão profundamente como seria para desejar, acontecimentos e episódios da vida política do Marechal.

E tanto numa como noutros a galhardia, o desassombro, a coragem e as profundas qualidades de simpatia do illustre cabo de guerra aparecem nitidamente como uma marca de boa raça.

ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914 Julho	1929 Índice-médio	1930		1931		
			Índice-médio	Maio	Março	Abril	Maio
LISBOA (cidade)	100	2.630	1.726	1.955	1.192	1.355	1.068

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 31 de Março de 1931

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola	63.199	3.092.402	—	18.722.606	11.495.486	2.937.086
Banco do Comércio e Ultramar ..	571.095	271.891	6.333.290	27.000	2.223.107	3.958.081
Banco Nacional Ultramarino ..	4.147.129	1.362.599	62.616.117	72.932.017	19.232.701	52.885.162

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Comércio entre a Metrópole e as Colónias portuguesas

COLÓNIAS	IMPORTAÇÃO Valor em milhares de Escudos		EXPORTAÇÃO Valor em milhares de Escudos	
	Janeiro 1931	Janeiro a Maio 1931	Janeiro 1931	Janeiro a Maio 1931
	Angola	8.327	35.546	2.522
Cabo Verde	39	2.388	300	1.345
Guiné	186	3.205	270	1.209
S. Tomé e Príncipe	644	3.575	329	1.985
Moçambique	3.607	26.786	2.461	12.119
Índia	1	4	61	282
Macau e Timor	1	42	96	285

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante os meses de Janeiro a Maio de 1931

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colónias:						
Arroz	70.004	115	130.224	11.200	—	—
Açúcar	7.112.912	10	—	20.651.564	14	—
Café	1.372.171	27.823	276	184	102.142	670
Trigo em grão	2.870.635	—	—	—	—	—
Peles em bruto	235.817	9.813	64.398	2.906	350	—
Algodão em caroço, rama ou cardado	286.818	—	—	118.813	—	—
Sementes oleaginosas	2.736.851	1.811.380	2.057.392	150.152	1.531.975	—
Milho	15.045.839	212.140	—	3.015.842	—	—
Exportadas para as Colónias:						
Vinhos do Pôrto (decalitros)	5.024	197	195	6.496	52	602
» comuns tintos (decalitros)	281.574	8.118	20.481	159.134	26.423	7.678
» » brancos (decalitros)	52.683	1.612	1.343	129.418	3.650	1.642
» licorosos	5.272	209	123	1.099	134	5.770
Conservas de vegetais	82.394	2.328	4.146	105.852	6.169	7.083
Sardinhas em salmoura	807	50	248	947	73	—
Conservas de sardinha	27.570	1.018	4.401	104.754	3.877	1.770
» » peixe	1.055	142	1.420	4.415	325	—
Cortiça em rolas	444	79	12	864	26	22

Do Boletim da D. G. E.

Gêneros Coloniais — Cotações em Lisboa

BOLSAS	Lisboa (Escudos)				
	Mercadorias	Unidade	1-6-1914	1-6-1931	11-6-1931
Cacau fino	15 q.	4550	34500	42500	42500
» palol	—	4530	24500	32500	32500
» escolha	—	3550	17500	21500	21500
Café	—	—	—	—	—
» S. Tomé	—	7570	150500	150500	150500
» Novo Reclondo	—	3500	52500	60500	60500
» Ambriz	—	3500	49500	52500	52500
» Encoje	—	2565	46500	51500	51500
» Cazenô	—	2505	45500	50500	50500
» Cabo Verde	—	—	120500	140500	140500
Coconote	—	1530	15500	16500	16500
Óleo de palma f mole	—	1577	23500	19500	19500
Óleo de palma f rijo	—	—	22500	19500	19500
Ricínio	—	584	17500	17500	17500
Gergelim	—	1517	16500	16500	16500
Algodão	1 quilo	\$35	\$500	\$500	\$500
Cera	—	\$75	9530	9520	9520
Açúcar (em rama) f escuro	—	\$10	\$80	\$80	\$80
Açúcar (em rama) f branco	—	—	1500	1500	1500
Milho	—	\$04	\$60	\$60	\$60
Co.ros (Beng.)	—	\$62	4500	4500	4500
» limpos	—	—	5550	5550	5550
Borracha 1. ^a	—	—	4500	4500	4500
» 2. ^a	—	—	3500	3500	3500

Francisco Bonito & C.^a L.^{da}

Rua dos Douradores, 88—LISBOA

AZEITES, ALHOS, CEBOLAS, ETC.

AMENDOIM, COLORAUS, ESPECIARIAS

DE TODAS AS QUALIDADES

SUCURSAL EM MONTIJO

Rua Tenente Valadim, 17

GENEROS DE MERCEARIA,

DE TODOS OS MAIS FINOS

CEREAIS, ETC.

Tele { fone 26 861—LISBOA
gramas FRANITO—LISBOA

N. R. — Sobre as tendências dos mercados ver a nossa local «Noticias dos Mercados» que noutro lugar publicamos.

Movimento de passageiros entre a Metrópole e as Colónias portuguesas

DESTINO	COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO								COMPANHIA COLONIAL DE NAVEGAÇÃO										
	1.ª classe		2.ª classe		3.ª classe		Total		1.ª classe		2.ª classe		3.ª classe		Total				
	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta			
África Ocidental.	Ano de 1930.....	741	739	977	631	2,028	1,143	3.746	2.513	429	465	742	532	1,875	963	3.046	1.960		
	Maio de 1930.....	74	70	58	65	178	104	310	239	12	97	27	143	24	205	63	445		
	Maio de 1931.....	47	53	40	70	80	73	167	196	35	46	32	32	63	147	170	225		
	Junho de 1930.....	80	101	105	72	149	117	334	290	37	63	79	79	190	113	306	255		
	Junho de 1931.....	19	44	24	30	102	39	145	113	26	73	72	68	93	134	191	275		
África Oriental..	Ano de 1930.....	315	291	531	339	1,143	401	1.989	1.031	120	119	194	159	508	309	822	587		
	Maio de 1930.....	23	31	67	42	105	32	195	105	—	26	—	50	—	45	—	121		
	Maio de 1931.....	16	49	31	85	54	54	101	188	11	31	24	60	41	40	76	131		
	Junho de 1930.....	14	46	36	29	107	48	157	123	13	14	18	13	78	31	109	58		
	Junho de 1931.....	21	34	9	65	49	66	79	165	9	29	51	74	32	73	92	176		
TOTAL GERAL.....								7.223	4.963	TOTAL GERAL.....								4.875	4.233

Cotação oficial das acções das Companhias coloniais na Bolsa de Lisboa

COMPANHIAS E SOCIEDADES	EM 29 DE MAIO DE 1931			EM 30 DE JUNHO DE 1931		
	Efectuado Contado	Ofertas—Contado		Efectuado Contado	Ofertas—Contado	
		Compra	Venda		Compra	Venda
Agrícola da Bela Vista.....	—	—	—	—	20\$00	22\$00
» do Cazengo.....	—	—	—	—	60\$00	—
» da Ganda.....	—	20\$00	20\$00	—	15\$00	—
» das Neves.....	—	—	290\$00	—	—	200\$00
» do Príncipe.....	\$80	\$80	1\$50	—	—	—
Nacional de Navegação.....	167\$00	166\$00	168\$00	—	162\$00	164\$00
Agrícola Ultramarina.....	—	—	—	—	—	—
Soc. Agricultura Colonial.....	91\$00	90\$00	94\$00	—	97\$00	101\$00
Amboim, até 250.00.....	29\$00	29\$00	29\$50	—	24\$00	25\$00
Açúcar de Angola.....	—	106\$50	112\$00	—	115\$00	118\$00
» de Moçambique.....	—	—	—	—	—	—
Cabinda.....	—	7\$00	10\$00	—	7\$00	—
Colonial Agrícola.....	—	—	—	—	—	—
» do Buzi (1.ª emissão).....	43\$00	41\$00	44\$00	—	49\$00	50\$00
» » » (2.ª »).....	—	—	—	—	—	49\$00
» de Navegação.....	—	50\$00	60\$00	—	—	58\$00
Comércio de Moçambique.....	—	—	—	—	—	—
Ilha do Príncipe.....	116\$00	115\$00	116\$50	—	129\$00	131\$00
Niassa.....	—	—	3:50	—	—	—
Roa Pôrto Alegre.....	—	—	100\$00	—	—	—
Sul de Angola.....	—	—	60\$00	—	—	—
Zambezia, tit. 25.....	—	—	—	—	—	17\$00
Borôr.....	—	—	120\$00	—	50\$00	55\$00

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas, por Lisboa

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	Maio	Janeiro a Maio	Maio	Janeiro a Maio
Reexportação :				
Cacau.....	884.439	5.692.230	1.936.635\$00	14.508.405\$00
Café.....	115.416	2.566.422	313.296\$00	6.889.653\$00
Cêra.....	5.254	39.245	43.578\$00	331.737\$00
Outras mercadorias.....	85.209	449.201	222.789\$00	1.238.649\$00
Total.....	<u>1.090.318</u>	<u>8.747.098</u>	<u>2.516.298\$00</u>	<u>22.968.444\$00</u>
Trânsito internacional :				
Cacau.....	—	41.839	—	113.884\$00
Café.....	302.034	2.555.789	896.167\$00	7.559.091\$00
Cêra.....	70.901	353.173	615.000\$00	3.053.500\$00
Óleos de palma e côco.....	93.889	161.198	151.600\$00	259.924\$00
Outras mercadorias.....	4.278.232	4.864.727	4.587.200\$00	6.675.100\$00
Total.....	<u>4.745.056</u>	<u>7.976.726</u>	<u>6.249.967\$00</u>	<u>17.661.499\$00</u>

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

BANCO DE ANGOLA

(Banco Emissor da Colónia
de Angola)

SEDE — RUA DA PRATA, 10

CAPITAL: 60.000.000\$00

FILIAL EM LUANDA

AGÊNCIAS:

Benguela,

Lobito,

Mossamedes,

Nova Lisboa,

Novo Redondo,

Vila Silva Pôrto,

Sá da Bandeira,

Malange,

Santo António do Zaire,

Leopoldville (Congo Belga)

Companhia do Sul de Angola

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital

Autorizado—Esc. 10.000.000\$00
Subscrito — Esc. 6.000.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º
Telef. 2 4174 — End. Tel. SULANGOLA

SEDE EM ÁFRICA

MOSSAMEDES—África Ocidental

EXPLORAÇÕES

PESCA—Baía das Moscas, Mossâmedes—Praia Amélia, Pôrto Alexandre

Fabrico de Conservas, Farinhas e Óleos de Peixe, Pasta Azotada—Fábrica AFRICANA— Mossâmedes

AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE GADO
Mossâmedes, Giraul, S. Nicolau, S. João do Sul, Caroca e Pinda

Companhia de Mossâmedes

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital

Autorizado—Esc. 20.000.000\$00
Subscrito — Esc. 13.995.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º
Telefone: 2 4174

SEDE DO COMITÊ FINANCEIRO

na Banque des Interets Français
23, Rue Louis le Grand — PARIS

SEDE EM ÁFRICA

SÁ DA BANDEIRA—(Lubango)

Criação e Comércio de gados—Explorações agrícolas—Instalações no *Lubango, Tchipa, Ediva, Palanca, Culueque e Tchifito*

A Tinta de Esmalte

e os

Vernizes

são preferidos por todos os bons pintores

PELA

superior qualidade
beleza do seu brilho
sua duração
economia do seu preço



JAPONIKA

ADOPTADOS PELOS:

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO, HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA, SANATORIOS,
CONSTRUÇÃO CIVIL E TODAS AS GRANDES EMPRESAS DO PAÍS

À VENDA EM TODAS AS BOAS DROGARIAS

Agente geral para Portugal e Colónias: A. SEQUEIRA LOPES

Rua dos Correeiros, 53, 3.º — LISBOA

Telefone: 2 2582—Telegramas: JAPONICA

Manteigaria Londrina

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO — FORNECEDORES
DA COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

*Especialidade
em manteigas,
queijos e con-
servas. Variado*



*sortido em arti-
gos de Mercea-
ria, Vinhos, Lico-
res e Champagnes*

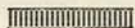
Domingues, Vasconcelos & Mesquita, Limitada

53, Rua Eugénio dos Santos, 55—Lisboa

Telefone: 2 7448

Carlos Patacão, L.^{da}

Agricultores



Logar n.º 46 e 48

Mercado da Ribeira Nova

LISBOA

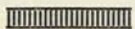


*Vendas de hortaliças frescas recebidas diàriamente
das suas propriedades*

e de todos os produtos agricolas



Fornecimentos para navios, quartéis, etc.



PREÇOS DE REVENDA



“LIZ”

CIMENTO PORTLAND ARTIFICIAL

em barricas de 180 kgs.
e sacos de 50 kgs.

Produção anual 100.000 toneladas empregando 2 fornos rotativos metálicos

Empresa de Cimentos de Leiria

S. A. R. L.

Capital Esc. 8.000.000\$00

Sede:

Rua do Caes de Santarem, 64, 1.º—LISBOA

Telefone P B X 21331

Filial no Norte:

Rua Formosa, 297—PORTO

AGENCIAS NA PROVINCIA

SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E REPARAÇÕES NAVAIS, L.^{DA}

Arrendatária das docas e oficinas do porto de Lisboa

Avenida 24 de Julho (Rocha de Conde d'Obidos)

LISBOA

CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE NAVIOS

MECANICA GERAL

CALDEIRARIA E FORJAS

CONSTRUÇÕES METÁLICAS—COBERTURAS, PONTES, ETC.

FUNDIÇÃO DE AÇO AO CONVERTIDOR, DE FERRO E DE METAIS

TELEFONES P. B. X.—2 1081, 2 1082, 2 1083

Enderêço Telegráfico

DRYDOCKS

Códigos

COGET LUGAGNE

A B C 5.ª edição, melhorada e 6.ª edição



Antigamente

Hoje

O saco sempre quente

Sem { lume
água quente
electricidade

COM DUAS COLHERES LE AGUA FRIA
OBTÉM-SE 24 HORAS DE CALOR

O saco «Ever-Hot» gera o seu proprio
calor até à temperatura de 60°, tanto
em sua casa, como na rua, em via-
gem, etc.

PRATICO — ASSEADO — ECONOMICO

Indispensavel em todos os lares, hospitais, etc.

Peçam esclarecimentos e prospectos ao agente geral para
Portugal, Ilhas e Colonias:

A. SEQUEIRA LOPES

RUA DOS CORREIROS, 53, 3.º — LISBOA

TELE { GRAMAS: JAPONIKA
FONE: 22 582

Felix Ribeiro Lopes

LISBOA

ESCRITÓRIO

RUA DA BETESGA, 41, 1.º

ESTABELECIMENTO

RUA DA BETESGA, 102, 103 e 104

FÁBRICA E ARMAZEM

RUA ESCOLA DO EXÉRCITO, 15

(instalada em edificio próprio)

**17 Sucursais em
tôda a cidade**

*Fábrica própria de todos os produtos de
salchicharia. Fornecedor
das principais emprézas
do país. Exportação para as Colónias*

VIDRARIA CONFIANÇA

MENDES & C.ª Sucessores de OLIVEIRA & MENDES

GRANDE E VARIADO SORTIDÓ em Porcelanas, Cristais e Artigos de Mé-
nage. Louças para cosinha, de Ferro Esmaltado marca **Leão**, e Alumínio
marca **Trevo**. Talheres, Faianças, Estatuetas, Biscuits, Louças e Vidros
nacionais pelos preços das fábricas. Artigos para decoração

SORTIDO ESPECIAL EM ARTIGOS PARA BRINDES

53, Rua da Vitória, 37 — LISBOA

Fábrica Portuguesa

DE
ESCOVAS E PINCEIS

Movida a electricidade

FIGUEIREDO, JORGE & C.ª

Executa tôda a qualidade de escovas para Fábricas de Lanifícios e Moagem, bem como bro-
chas e pinceis para qualquer género de pintura, por muito difícil que seja a sua execução

69, Rua S. João da Praça, 71 — Telef. 2 0362 — LISBOA

ARMAZEM DE APRESTOS MARÍTIMOS

*Lonas, breu, alcatrão, pita, tintas, óleos, ancoroles, guinchos e corren-
tes. Cabos de arame e outros apetrechos próprios para embarcações*

Oliveira, Simões, L.ª

3-B, Avenida 24 de Julho, 3-E — LISBOA

TELEFONE N.º 23978

Mário Cunha, Limitada
Lisboa e África

Grande stock de artigos para permuta — Completo sortimento de artigos para armarinho

COMÉRCIO — AGRICULTURA

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

SEDE EM LISBOA — RUA DA CONCEIÇÃO, 120, 1.º

SUCURSAL — NOVO REDONDO

Avenida Dr. José Maria de Aguiar

Telegramas: QUANZASUL

História

do

Nosso Tempo

(Acção e obra de João de Almeida)

1904-1910

POR

HENRIQUE GALVÃO

—

Está à venda em tôdas as livrarias

—

DEPOSITÁRIO

A. M. TEIXEIRA & FILHOS

LIVREIROS EDITORES

PRAÇA DOS RESTAURADORES, 17 — LISBOA

PORTUGAL COLONIAL

Algodoeira Colonial, Limitada

Sede: Benguela

Filiais: Lisboa e Luanda

Grandes Armazens de Tecidos de Algodão

Vendas por junto e aos melhores preços, de todos os tecidos de algodão produzidos em 9 fábricas, suas associadas que são:

Fábricas da Areosa e Mazorra

Azevedo, Soares & C.^a L.^{da}

Fábrica de Bomfim

Manoel Pinto de Azevedo

Fábrica de Fiação e Tecidos de Ermezinde

Oliveira, Azevedo & C.^a L.^{da}

Fábrica da Senhora da Hora

Empresa Fabril do Norte, L.^{da}

Fábrica de Fiação e Tecidos Portuense

Azevedo Ferreira & C.^a L.^{da}

Fábrica de Francos

Sociedade Anónima de Responsabilidade, Limitada

Fábrica de S. Roque

Domingos António d'Oliveira & C.^a, Sucedores, L.^{da}

Fábrica de Tecidos Aliança, L.^{da}

Companhia Fabril de Rio Tinto

Tecidos fabricados, de preferência com algodões coloniais, pela indústria nacional e para os colonos Portugueses

Algodões crus, riscados, cotins, lenços, bretanhas, kakis, pintados, tafaxis e cobertores

PREÇOS SEM CONCORRÊNCIA

Sede em BENGUELA:

CAIXA POSTAL, 95

ENDEREÇO TELEGRÁFICO:

ALGODOEIRA

LISBOA:

Rua do Alecrim, 7

Telefone: 2 6889

END. TELEG.: ALGODOEIRA

Filial em LUANDA:

CAIXA POSTAL, 15

END. TELEG.: ALGODOEIRA

Telefone, 357

Companhia Nacional de Navegação

Serviço regular entre a metrópole, África Ocidental e Oriental, Brasil, norte da Europa e Mediterrâneo

FROTA DA COMPANHIA Paquetes

	Ton.
NYASSA	9 000
ANGOLA.....	8.300
QUANZA.....	6.500
LOURENÇO MARQUES.....	6.400
MOÇAMBIQUE.....	6.000
PEDRO GOMES.....	5.500
ÁFRICA	5.500

Vapores de cabotagem

LUABO	1.385
CHINDE	1.382
IBO.....	884
AMBRÍS	858
SAVE.....	765

Vapores de carga

CUBANGO	8.300
S. TOMÉ	6.350
CABO VERDE	6.200
CONGO.....	5.000

Rebocadores

EM LISBOA: — BEIRA 1.º e INCOMATI.

EM ÁFRICA: — TEJO, S. TOMÉ, CUIO e gasolina
QUANZA.

Batelões

20 em serviço em Lisboa e África.

LISBOA: Séde, R. do Comércio, 85
PORTO: Sucursal, R. da Nova Alfandega, 22